

PROCESSO LICITATÓRIO N° 045/2014
TOMADA DE PREÇOS N° 006/2014

Data da Formalização	30 de junho de 2014
Data da Entrega dos Envelopes	21 de julho de 2014
Data da Abertura dos Envelopes	21 de julho de 2014

1.0 - PREÂMBULO

1.1 – O **MUNICÍPIO DE QUATÁ**, através de sua Prefeita Municipal, a Senhora LUCIANA GUIMARÃES ALVES CASACA, no uso de suas atribuições legais, comunica a quantos possam interessar, que se encontra aberto, o **Processo Licitatório n° 045/2014, na modalidade Tomada de Preços n° 006/2014**, o qual será regido pelo disposto na Lei Federal n° 8.666/93, com as alterações introduzidas pelas Leis n° 8.883/94; 9.032/95 e 9.648/98, e de conformidade com as condições e exigências do presente Edital.

A presente licitação atende a requisição da Secretaria de Planejamento, Obras e Desenvolvimento Econômico deste Município, decorrente do Convênio n° 780/05/2013, firmado entre Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo e o Município de Quatá.

1.2 – **TIPO DE LICITAÇÃO**: menor preço.

1.3 – **LOCAL PARA RETIRADA DO EDITAL**: o Edital encontra-se a disposição no site oficial do município, ou seja, www.quata.sp.gov.br.

1.4 – **DIA, HORA E LOCAL PARA ENTREGA E ABERTURA DOS ENVELOPES N° 1 – DOCUMENTAÇÃO E N° 2 – PROPOSTA**: até o dia **21 de julho de 2014**, às **09h00min**, no protocolo junto a Secretaria da Prefeitura Municipal de Quatá, na Rua Gal. Marcondes Salgado, n° 332 - Quatá - Estado de São Paulo.

2.0 – DO OBJETO:

2.1 – A Tomada de Preços objetiva a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA**, nos termos dos **Anexos I a IV** que integram o presente edital.

3.0 – REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 – O regime de execução será indireto, na modalidade de empreitada por preço global, partindo de preços unitários, com fornecimento de material e mão de obra, conforme caderno de especificações, planilhas de quantitativos, cronograma físico-financeiro e projetos integrantes da PASTA TÉCNICA.

4.0 – LEGISLAÇÃO:

4.1 – A Tomada de Preços será disciplinada pelos documentos que integram o presente Edital e pela Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

5.0 – COMPROMETIMENTO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

5.1 – O valor orçado pela Administração encontra-se devidamente compromissado conforme inciso III, § 2º, artigo 7º, da Lei nº 8.666/93.

5.2 – A contratação decorrente desta licitação onerará recursos das seguintes dotações orçamentárias:

Cód.	Descrição da Despesa	Cat. Econômica
498	Secretaria de Planejamento, Obras e Desenv. Econômico Obras e Instalações	4.4.90.51.00
499	Secretaria de Planejamento, Obras e Desenv. Econômico Obras e Instalações	4.4.90.51.00

6.0 – VALIDADE DA PROPOSTA:

6.1 – O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias da abertura do Envelope nº 2 – PROPOSTA.

7.0 – PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA E DA VIGÊNCIA DO CONTRATO:

7.1 – Os prazos de execução da obra são os seguintes:

a) para **início**: até 05 (cinco) dias corridos, contados da data da expedição da "ordem de início de serviços";

b) para **conclusão**: 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados do **início da obra**;

c) para **recebimento provisório** pelo responsável por seu acompanhamento/fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias corridos de comunicação escrita da conclusão da obra por parte da CONTRATADA;

d) para **observação** da obra: 15 (quinze) dias corridos, contados do **recebimento provisório**;

e) para **recebimento definitivo pela Prefeitura Municipal de Quatá**, até 15 (quinze) dias corridos após o decurso do prazo de observação, nos termos do artigo 73, I, b, da Lei nº 8.666/93, e alterações, **considerando esta data como término da obra**.

7.2 - O presente contrato terá vigência de **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias contados a partir da data de sua assinatura.

8.0 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

8.1 – O **pagamento** será efetuado em 06 (seis) parcelas, no prazo mínimo 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data da liberação dos recursos oriundos do convênio firmado entre a Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo e esta municipalidade ao qual se vincula o objeto deste procedimento licitatório bem como as medições efetuadas pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Quatá, e de acordo com os serviços executados no período abrangido pelo cronograma físico-financeiro aprovado.

8.1.1 – As medições serão efetuadas a cada 30 (trinta) dias pela **FISCALIZAÇÃO**, na presença da **CONTRATADA**, e consistirão no levantamento das quantidades executadas e concluídas de cada serviço, sobre as quais incidirão os respectivos preços;

8.1.2 – Somente serão medidos os serviços executados, concluídos e aceitos pela **FISCALIZAÇÃO**;

8.1.3 – A critério da **CONTRATANTE**, diretamente vinculado à existência de recursos financeiros, será efetuado o pagamento do(s) serviço(s) autorizado(s) pela **CONTRATANTE**, a título de antecipação do cronograma físico;

8.1.4 – O **primeiro pagamento** ficará condicionado à formalização, por parte da **CONTRATADA**, das providências a seguir indicadas:

I – apresentação de cópia do Certificado de Matrícula da obra perante o INSS, atualizada;

II – Certidão de registro de pessoa jurídica no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, em nome da licitante, com validade na data de recebimento dos documentos de habilitação e classificação, onde conste a área de atuação compatível com a execução dos serviços objeto do Edital, emitida pelo CREA/CAU.

III – Colocação de placas

IV – comprovação de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM) da Prefeitura do Município de Quatá.

8.1.5 – Processada a medição, a **FISCALIZAÇÃO** autorizará a **CONTRATADA** a emitir a respectiva fatura.

8.1.6 – A fatura eivada de incorreção (ões) será devolvida à **CONTRATADA**, para a(s) correção (ões), e o prazo a que se refere o **subitem 8.1**. será contado a partir da data de reapresentação da fatura, sem incorreção(ões).

8.2 – Por ocasião do encaminhamento da fatura, para efeito de pagamento dos serviços concluídos e aceitos, a **CONTRATADA** deverá fazer prova do recolhimento das importâncias devidas a título de PIS, COFINS e FGTS, este por meio das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social – GFIP, bem como da retenção do percentual referente ao ISSQN, ou da comprovação de recolhimento do ISSQN, ou, se for o caso, da condição de isenção. Em relação ao INSS (artigo 31, da Lei nº 8.212/91, com redação dada pela Lei 9.711/98), serão observados os procedimentos da Instrução Normativa nº 100, de 18 de dezembro de 2003, republicada dia 30 de março de 2004, da Diretoria Colegiada do Instituto Nacional do Seguro Social.

Observação: Haverá incidência do ISSQN nos termos da Lei Municipal nº 1.955/04, de 30 de dezembro de 2004.

8.2.1 – As comprovações relativas ao FGTS corresponderão aos períodos contidos nas faturas, ou seja, períodos de execução, e poderão ser apresentadas da seguinte forma:

- a) cópias mensais da GFIP (Guia de Recolhimento de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) e GPS (Guia da Previdência Social);
- b) cópias mensais da GRF (Guia de Recolhimento do FGTS) da empresa;
- c) Apresentação da CND (Certidão Negativa de Débitos) do INSS da empresa após término da obra.

8.2.2 – Conforme Lei Municipal nº 1.955, de 30 de dezembro de 2004, a **CONTRATANTE** deverá reter, a título de Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da nota fiscal/fatura apresentada pela **CONTRATADA**, observada a seguinte diretriz:

I – Quando da emissão da nota fiscal/fatura a **CONTRATADA** deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISSQN”. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

8.3 – Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, caso não haja decorrido o prazo legal para recolhimento dos tributos devidos, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a **CONTRATADA** apresentar a documentação devida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

8.4 – A não comprovação das exigências retro-referidas assegura à CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento correspondente, independentemente de outras medidas legais.

8.5 – Em cumprimento ao artigo 31, da Lei nº 8.212/1991, alterado pela Lei nº 9.711/1998, e Instrução Normativa nº.100, de 18 de dezembro de 2003, republicada dia 30 de março de 2004, da Diretoria Colegiada do Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor da mão-de-obra (prestação de serviços), de acordo com as seguintes determinações:

I – observado o prazo de 02 (dois) dias úteis a contar do ato de adjudicação, a empresa adjudicatária deverá apresentar, para efeito da celebração contratual, PLANILHA ANALÍTICA DE SERVIÇOS, QUANTITATIVOS, PREÇOS UNITÁRIOS E PERCENTUAIS, consoante ANEXOS I a V, que integrará o contrato a ser celebrado entre as partes, envolvendo a discriminação do valor da mão-de-obra, material e equipamento.

II – A não aprovação da PLANILHA ANALÍTICA DE SERVIÇOS, QUANTITATIVOS, PREÇOS UNITÁRIOS E PERCENTUAIS implicará a correspondente alteração por parte da empresa adjudicatária, observado o prazo de 02 (dois) dias úteis contados da comunicação formalizada pelo órgão técnico da CONTRATANTE.

III – Não sendo aceita a PLANILHA ANALÍTICA DE SERVIÇOS, QUANTITATIVOS, PREÇOS UNITÁRIOS E PERCENTUAIS por parte do órgão técnico da CONTRATANTE, a empresa adjudicatária estará sujeita, para efeito do recolhimento do INSS, à retenção de 11% (onze por cento) do valor bruto da fatura, nos termos da Instrução Normativa nº 100, de 18 de dezembro de 2003, republicada dia 30 de março de 2004 (artigo 159, inciso I), da Diretoria Colegiada do Instituto Nacional do Seguro Social, observadas as previsões nºs I e II deste subitem.

8.5.1 – Como decorrência da retenção, a CONTRATANTE obriga-se a recolher ao INSS a importância retida em nome da CONTRATADA, por

meio de documento de arrecadação identificado com a inscrição do estabelecimento da empresa CONTRATADA no CNPJ/MF e com a razão social da CONTRATANTE e da CONTRATADA, até o dia dois do mês seguinte ao da data da emissão da fatura, ou no primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente bancário no dia dois;

8.5.2 – Na oportunidade da emissão da fatura, a empresa CONTRATADA deverá DESTACAR o valor da retenção, a título de RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL.

8.5.3 – A falta de DESTAQUE do valor da retenção no documento de cobrança não mais permitirá que a CONTRATADA venha efetuar a correspondente compensação junto ao INSS, ficando a critério da CONTRATANTE proceder à retenção devida sobre o valor bruto do título de cobrança ou devolvê-lo à CONTRATADA.

8.6 – O pagamento realizado pela CONTRATANTE não isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais e nem implicará a aceitação provisória ou definitiva da obra/serviços.

8.7 – A não aceitação da obra/serviços implicará a suspensão imediata do pagamento.

8.8 – A Prefeitura não efetuará pagamento através de cobrança bancária; os pagamentos serão efetuados mediante boleto bancário em nome da Contratada ou na Tesouraria da Prefeitura.

9.0 – ESCLARECIMENTOS RELATIVOS À LICITAÇÃO:

9.1 – Os esclarecimentos administrativos e técnicos eventualmente considerados indispensáveis para apresentação da **DOCUMENTAÇÃO** e **PROPOSTA** poderão ser solicitados por escrito, pela Licitante à Comissão Julgadora.

9.1.1 – Os esclarecimentos prestados poderão ser consignados em ata, assinados pelos representantes das empresas e por pelo menos 02 (dois) membros da Comissão de Julgamento, passando a fazer parte da **TOMADA DE PREÇOS**.

10.0 – ESCLARECIMENTOS SOBRE A ABERTURA DOS ENVELOPES DE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

10.1 – O credenciamento da empresa licitante, para participar dos trabalhos de abertura dos **ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO** e **PROPOSTA**, far-se-á mediante autorização ou procuração, por escrito do(s) representante(s) legal (is) da proponente, devidamente assinado,

outorgando amplos poderes de decisão ao indicado, contendo ainda o nome completo do mesmo, número do documento de identificação, o número desta **TOMADA DE PREÇOS** e do respectivo **PROCESSO**.

10.2 – As exhibições de credenciais deverão preceder o início dos atos indicados, ficando retidas e juntadas aos autos.

10.3 – O documento a que se refere o **subitem 10.1 e 10.2**, a critério do(s) representante(s) legal (is) do proponente, poderão ser substituídos por instrumentos de procuração pública.

10.4 – Caso o participante seja titular da empresa proponente, deverá apresentar documento que comprove sua capacidade para representá-la.

10.5 – A não apresentação ou incorreção do documento de credenciamento, para participar da abertura dos **ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO e PROPOSTA**, embora não acarrete a inabilitação ou desclassificação da empresa, impedirá seu representante de se manifestar ou responder pela proponente, sendo-lhe permitido tão somente o acompanhamento dos procedimentos.

11.0 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:

11.1 – A Empresa devidamente cadastrada deverá apresentar à PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ, de acordo com a indicação do item 1, subitem 1.4 deste EDITAL, ou seja, até **21 de julho de 2014**, às **09h:00min**, em 02 (dois) envelopes separados e devidamente fechados, a DOCUMENTAÇÃO exigida no item 12 e subitens e a PROPOSTA conforme item 14, subitem 14.1, letras e subitens 14.2 e 14.2.1, identificados da seguinte forma:

ENVELOPE N°. 01 – “HABILITAÇÃO”
TOMADA DE PREÇOS N°. /2014
PROCESSO N°. /2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ – SP
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE
FONE:
EMAIL:

ENVELOPE N°. 01 – “PROPOSTA DE PREÇOS”

TOMADA DE PREÇOS Nº. /2014
PROCESSO Nº. /2014
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUATÁ – SP
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA LICITANTE
FONE:
EMAIL:

11.2 – Após o decurso do prazo/horário fixado no PREÂMBULO – item 1, subitem 1.4, nenhum documento será recebido ou devolvido pela Comissão, excetuada a hipótese delineada no § 6º do artigo 43, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

11.3 – Os envelopes previstos neste instrumento convocatório serão abertos em sessão pública pela Comissão de Julgamento, observadas as disposições indicadas no item 14 e subitens deste EDITAL.

11.4 – Não será permitida a participação de pessoa física, de consórcio de empresas, de empresa em regime de falência ou em recuperação judicial, estando também abrangida pela proibição aquela que esteja cumprindo penalidade de suspensão temporária de licitar ou contratar com a Administração Pública e que tenha sido declarada inidônea para contratar ou licitar com a Administração Pública, sem contar ainda as demais proibições elencadas no artigo 9º, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

11.5 – Os documentos integrantes do **ENVELOPE Nº 1 – DOCUMENTAÇÃO** poderão ser apresentados em original, cópias autenticadas por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial e inclusive expedidos via internet, preferencialmente encadernados em pasta, para que não existam folhas soltas, numerados e rubricados pelo responsável ou representante legal da proponente.

11.6.1 – A aceitação de documentação por cópia simples ficará condicionada à apresentação do original, por ocasião da abertura dos ENVELOPES, para fim de conferência e autenticação.

11.6.1.1 – Para fim da previsão contida no **subitem 11.6.1**, o documento original a ser apresentado não deve integrar os ENVELOPES.

11.6.2 – Na hipótese dos documentos exigidos no **item 12, subitem 12.2.2, letras “b”, “c”, “d”, “e” e “f”**, consignarem a existência de qualquer débito, o licitante deverá apresentar comprovante(s) de ato(s) que suspenda(m) sua(s) exeqüibilidade(s).

11.6.3 – Os documentos expedidos via internet e, inclusive, aqueles

outros apresentados terão, sempre que possível, suas autenticidades/validades comprovadas por parte da Comissão de Julgamento, mediante consulta ao "site" do órgão emissor.

11.7 – Os documentos apresentados por qualquer licitante, se expressos em língua estrangeira, deverão ser traduzidas para o português por tradutor público juramentado e autenticados por autoridade brasileira no país de origem.

11.8 – A **PROPOSTA – ENVELOPE Nº 2** – deverá ser datilografada, digitada ou impressa, sempre em 1 (uma) via, em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, sem rasuras que prejudiquem sua análise, entrelinhas ou cláusulas resolutivas, assinada pelo responsável ou representante legal, com a indicação do cargo, contendo, ainda, as especificações estabelecidas no **item 14, subitem 14.1, letras, e subitens 14.2 e 14.2.1**.

11.9 – Os documentos integrantes da **PROPOSTA** também deverão ser, preferencialmente, encadernados/preparados em pasta, para que não existam folhas soltas, numeradas e rubricadas pelo responsável ou representantes legal da proponente.

11.10 – A apresentação dos documentos integrantes do **ENVELOPE Nº 2 – PROPOSTA** obedecerá também ao comando contemplado no **subitem 11.7**.

12.0 – DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO:

12.1 – Para participar da licitação, a firma deverá estar devidamente cadastrada e apresentar, no **ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO**, o **CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL** emitido pelo Setor de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Quatá, nos termos da Lei nº 8.666/93 e alterações, pertinente ao objeto da licitação e válido na data da apresentação dos **ENVELOPES**.

12.1.1 – O **CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**, emitido nos termos do subitem 12.1 deverá ser apresentado dentro do envelope 01 (habilitação), em substituição aos documentos exigidos nos subitens 12.2.1 e letras, 12.2.2 e letras e 12.2.4 e letra.

12.1.1.1 – Além do Certificado de Registro Cadastral, deverá ser apresentado também dentro de envelope 01 (habilitação), os demais documentos exigidos para habilitação, bem como aqueles vencidos no

Certificado de Registro Cadastral.

12.1.2 – Na hipótese da Licitante não possuir **CERTIFICADO DE REGISTRO CADASTRAL**, poderá participar da **TOMADA DE PREÇOS**, devendo, para tanto, nos termos do artigo 22, § 2º, da Lei 8.666/93, atender a todas as condições exigidas para o cadastramento até o 3º (terceiro) dia anterior à data do recebimento das propostas.

I – Para tanto, deverá a interessada apresentar até o prazo estipulado no item 12.1.2 todos os documentos necessários à habilitação, na sede da Prefeitura Municipal de Quatá.

II – Deverá ainda a Empresa que não possuir o Certificado de Registro Cadastral, apresentar todos os documentos referentes a habilitação dentro do envelope 01 (habilitação).

12.2.1 – Documentação relativa à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**:

- a) Registro Comercial, no caso de *empresa individual*;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de *sociedades comerciais*;
- c) Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de *sociedades por ações*, acompanhados da documentação mencionada na alínea "b", deste subitem;
- d) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de *sociedades civis*, acompanhado de *prova da diretoria em exercício*;
- e) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de *empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país*, quando a atividade assim o exigir.

12.2.2 – Documentação relativa à **REGULARIDADE FISCAL**:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de regularidade para com a Fazenda Federal por meio da Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal com prazo de validade em vigor (inexistindo prazo de validade nas certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 90 (noventa) dias da data final da entrega dos envelopes);
- c) - Fazenda Estadual: relativo ao ICMS da sede do Licitante; (será aceita a Certidão emitida diretamente pelo Posto Fiscal estadual, bem como a obtida através do site www.dividaativa.pge.sp.gov.br expedida pela

Procuradoria geral do estado de São Paulo);

d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal (Certidão Negativa de Débito de Tributos Mobiliários ou outra equivalente), com prazo de validade em vigor (inexistindo prazo de validade nas certidões, serão aceitas aquelas cujas expedições/emissões não ultrapassem a 90 (noventa) dias da data final da entrega dos envelopes);

e) prova de regularidade relativa ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS), com apresentação da Certidão Negativa de Débito, com prazo de validade em vigor;

f) prova de regularidade ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), com a apresentação do Certificado de Regularidade de Situação – CRS, fornecido pela Caixa Econômica Federal, com prazo de validade em vigor.

g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) - consistindo em certidão negativa de prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho (artigo 29, inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93), com data de expedição não superior a 180 (cento e oitenta) dias da data de encerramento desta licitação, se outro prazo não constar da Certidão.

12.2.3 – Documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**:

a) certidão de registro da empresa no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CREA, ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, atualizado, expedida pelo próprio conselho com data de validade expressa;

b) comprovação de vínculo profissional com os profissionais responsáveis pela obra/serviço desta Tomada de Preços, através de contrato social, registro em carteira, ficha de empregado ou contrato de trabalho nos termos da súmula 25 TCE/SP, na data prevista para entrega das propostas,

c) certidão de registro dos profissionais responsáveis pela obra/serviço desta Tomada de Preços no Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia - CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU; expedida pelo próprio conselho com data de validade expressa.

12.2.4 – Documentação relativa à **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANÇEIRA**:

a) Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com prazo de validade em vigor (inexistindo prazo de validade na referida Certidão, será aceita aquela cuja expedição/emissão não ultrapasse a 180 (cento e oitenta) dias da data final da entrega dos envelopes).

12.2.5 – OUTRAS COMPROVAÇÕES :

- a) Declaração de que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar ocorrência de fatos supervenientes (Modelo – Anexo V);
- b) Declaração de que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos (Modelo – Anexo VI).
- c) Declaração de que não mantém parentesco com o Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Vereadores, nos termos da proibição contida no artigo 96, da LOM (Lei Orgânica do Município) de Quatá (Modelo Anexo VII);
- d) Declaração que arcará com salários e encargos dos funcionários (Modelo Anexo VIII);
- e) Declaração de Micro Empresa ou Empresa de Pequeno Porte de acordo com a Lei Complementar 123/06 (Modelo Anexo IX);
- f) Declaração garantindo os serviços executados pelo prazo mínimo de 05 (cinco) anos; e de que fornecerá mão-de-obra e materiais necessários para execução da obra e que esta será qualificada e de boa qualidade, atendendo as normas da ABNT/INMETRO vigentes (Modelo – ANEXO X).

13.0 – DA HABILITAÇÃO E INABILITAÇÃO DA LICITANTE:

13.1 – A habilitação destina-se a verificar se a licitante atendeu às exigências previstas no item 12, desta TOMADA DE PREÇOS.

13.2 – Será considerada INABILITADA a licitante que:

13.2.1 – Não apresentar documentação em conformidade com as exigências ou deixar de apresentá-la.

13.2.2 – Apresentar documentação cuja regularidade esteja vinculada à abertura e exame do conteúdo do envelope nº 2.

13.3 – Ocorrendo a inabilitação de todas as licitantes, a Administração poderá solicitar a apresentação de nova documentação, escoimada(s) a(s) causa(s) que deu (ram) origem à ocorrência, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93.

13.3.1 – Na hipótese de adoção da previsão do subitem 13.3, o procedimento indicado deverá ser levado a efeito no prazo de 08 (oito) dias úteis, contados do recebimento da notificação por parte da licitante,

implicando, ainda, a apresentação de todos os documentos exigidos no item 12 e subitens, independentemente do(s) documento(s) que tenha(m) dado causa à inabilitação.

13.4 – A licitante que for considerada inabilitada poderá retirar o envelope nº 2, devidamente fechado e indevassado, após o decurso do prazo para recurso ou depois de seu julgamento.

13.4.1 – O envelope PROPOSTA da licitante inabilitada ficará à disposição da mesma no Setor de Licitações, durante o prazo de 30 (trinta) dias, contado da previsão estabelecida no subitem anterior. Não sendo retirado no aludido prazo, poderá ser destruído.

14.0 – DA APRESENTAÇÃO DO ENVELOPE PROPOSTA:

14.1 – A proposta de preços deverá conter:

- a) nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual/municipal do Licitante;
- b) número do Processo Licitatório e número da presente Tomada de Preços;
- c) descrição de forma clara e sucinta do objeto da presente licitação em conformidade com as especificações apresentadas no preâmbulo deste Edital de Tomada de Preços;
- d) preço unitário e global, devidamente discriminado em moeda corrente, planilha técnica com especificações, unidades e quantidades em que constarão todos os preços unitários e totais das diversas etapas dos serviços previstos bem como seus respectivos percentuais e o preço total para a execução da obra objetivada com valores monetários em reais, por item, respeitada a planilha orçamentária que segue em anexo;
- e) cronograma físico-financeiro de desenvolvimento da obra/serviços, observado o prazo fixado do item 7, subitem 7.1, letra “b”, cujo prazo de execução e valor total da obra deverão ser coincidentes aos da proposta apresentada;
- f) prazo para conclusão da obra/serviços, respeitado o limite fixado no item 7, subitem 7.1, letra “b”;
- g) prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, contados da abertura da licitação;

14.2 – Os preços cotados deverão ser expressos em reais, vedada a inclusão de encargo financeiro ou previsão inflacionária, tendo como data base o mês de apresentação da PROPOSTA.

14.2.1 – O preço unitário deverá ser expresso em algarismo e o total em algarismo e por extenso.

15.0 – DA ABERTURA DOS ENVELOPES DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA:

15.1 – No dia, hora e local indicados no item 1, subitem 1.4 deste EDITAL, na presença dos representantes que comparecerem devidamente credenciados, a Comissão de Julgamento procederá à abertura dos envelopes DOCUMENTAÇÃO, cujos conteúdos poderão ser examinados por todos os representantes credenciados, que os rubricarão, juntamente com os membros da Comissão.

15.1.1 – Em seguida, a Comissão facultará a palavra aos representantes credenciados, para eventual observação/impugnação. Havendo qualquer observação/impugnação, a palavra será oferecida ao representante credenciado cuja **DOCUMENTAÇÃO** tenha sido objeto de registro(s)/ressalva(s).

15.1.2 – Eventual questão argüida e qualquer dúvida que possa surgir durante a sessão serão decididas/resolvidas pela Comissão, na presença dos representantes credenciados, ou deixadas para ulterior deliberação.

15.2 – Os envelopes **PROPOSTA** serão rubricados pela Comissão e pelos representantes credenciados e ficarão sob a guarda do Setor de Licitação desta Prefeitura.

15.3 – O instrumento que credencia o responsável legal ou representante da empresa na licitação, inclusive dando-lhe autoridade para desistir de recursos, deverá ser apresentado à Comissão antes do início da reunião a que se refere o subitem 15.1.

15.4 – Havendo desistência expressa de recurso contra o julgamento da habilitação, por parte de todos os licitantes, poderá a Comissão, na mesma sessão em que comunicar o resultado da **habilitação**, proceder à abertura dos envelopes **PROPOSTA**, ou marcar outra sessão pública especialmente para esse fim.

15.4.1 – A desistência do prazo recursal deverá constar em ata, tanto para os presentes, quanto para os ausentes que forem comunicados via fax e se manifestarem até o encerramento da sessão, momento em que se fará constar a manifestação e o ato de juntada dos termos de desistência.

15.5 – Decorrido o prazo de recurso contra o julgamento da **habilitação** ou não provido aqueles que foram interpostos, a Comissão marcará local, hora e dia, através do Diário Oficial do Estado, para a sessão de abertura dos envelopes **PROPOSTA** das empresas habilitadas e devolução dos mesmos às empresas **inabilitadas**.

15.6 – Abertos os envelopes PROPOSTA, os documentos serão rubricados

por, pelo menos, dois membros da Comissão Julgadora e pelos representantes e analisados nos termos dos **itens 12, 13, 14 e 15**.

15.6.1 – Por ocasião da abertura dos envelopes **PROPOSTA**, observar-se-ão os mesmos procedimentos previstos nos **subitens 15.1, 15.1.1 e 15.1.2**.

15.7 – O julgamento das propostas poderá ser levado a efeito na mesma sessão prevista no **subitem 15.4**, ou em data a ser definida pela Comissão, sendo que a comunicação do resultado da licitação será objeto de publicação no Diário Oficial do Estado, inclusive com a indicação e a ordem da(s) licitante(s) classificada(s), bem como o apontamento daquela(s) que tenha(m) sido desclassificada(s).

15.8 – Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas dos trabalhos desenvolvidos, as quais deverão ser assinadas pelos Membros da Comissão e pelos representantes das empresas.

16.0 – DO CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO/ JULGAMENTO DE PROPOSTA E VERIFICAÇÃO DA NECESSIDADE DE PRESTAÇÃO DE GARANTIA ADICIONAL:

16.1 – Compete à Comissão Julgadora processar, julgar e classificar as propostas.

16.2 – No julgamento das propostas levar-se-ão em consideração o atendimento às especificações do Edital e a conformidade com os preços correntes no mercado ou fixados por órgão competente, sendo a classificação com base no critério de **menor preço**, observando-se o valor total ofertado e as seguintes regras:

- a) abertos os envelopes proposta, verificar-se-ão se todas as propostas atendem aos requisitos formais e materiais fixados no Edital. As propostas que não atendam às exigências formais e materiais serão desclassificadas. As propostas classificadas serão separadas, ordenando-as para apuração da média aritmética;
- b) separar entre as propostas classificadas aquelas cujos preços propostos sejam superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração;
- c) realizar a média aritmética dos valores das propostas cujos preços sejam superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado, nos termos do art. 48, § 1º, alínea "a", da Lei nº 8.666/93;
- d) escolher o menor valor resultante da média aritmética ou do valor orçado, que servirá de base para:
 - incidência de 70% (setenta por cento) para cálculo da exequibilidade/inexequibilidade das propostas;

- incidência de 80% (oitenta por cento) para cálculo da necessidade de prestação de garantia adicional;
- cálculo direto da garantia adicional, quando devida;
- e) para efeito de apuração da exeqüibilidade/inexeqüibilidade, calcula-se 70% (setenta por cento) do valor escolhido na letra "d";
- f) ostentam preços inexeqüíveis as propostas com valores inferiores àquele determinado na letra "e". Ostentam preços exeqüíveis as propostas com valores iguais ou superiores àquele determinado na letra "e";
- g) propostas com preços inexeqüíveis serão desclassificadas. As propostas com preços exeqüíveis serão separadas e a classificação decorrente observará o critério de menor preço;
- h) para efeito da necessidade da prestação de garantia adicional, calcula-se 80% (oitenta por cento) do menor valor apurado na forma da letra "d", verificando, assim, se a proposta vencedora comporta ou não a prestação de garantia adicional;
- i) inexistente garantia adicional quando o valor da proposta vencedora for igual ou superior àquele apurado na letra "j". Se o valor da proposta vencedora for inferior ao apurado na letra "j", impõe-se a prestação da garantia adicional;
- j) existindo a necessidade de prestação da garantia adicional, toma-se novamente o valor apurado na letra "d" e subtrai-se o valor da proposta. Essa diferença corresponde exatamente ao valor a ser prestado a título de garantia adicional, facultada a opção por uma das modalidades previstas no artigo 56, da Lei nº 8.666/93, com as alterações subseqüentes.

16.3 – A Comissão de Julgamento da Licitação reserva-se o direito de, durante o julgamento das **PROPOSTAS**, solicitar das empresas licitantes classificadas a apresentação da **PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS**, no prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do primeiro dia útil do recebimento do pedido.

16.4 – No caso de igualdade de preços globais, entre as propostas, far-se-á a classificação por **sorteio público**, na mesma sessão, na forma estatuída no artigo 45, § 2º, da Lei nº 8.666/93.

16.4.1 – O sorteio consistirá em colocar-se dentro de uma urna 20 (vinte) peças absolutamente iguais, numeradas de 01 (um) a 20 (vinte), considerando-se vencedor a licitante que tirar o número maior, devendo o número tirado por uma ser recolocado na urna, e assim sucessivamente, de forma a propiciar igualdade de condições no sorteio. Persistindo o empate, repetir-se-á a mesma operação para as licitantes que mantiverem a igualdade, até que se obtenha uma vencedora.

16.5 – Na hipótese de que a proposta ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte seja até 10% (dez por cento) superior à de menor preço apresentada por empresa sem essa característica, a licitante tipificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, será convocada a apresentar nova proposta no prazo máximo de 02 (dois) dias corridos, sob pena de preclusão.

17.0 – DA CLASSIFICAÇÃO E DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTA:

17.1 – A classificação destina-se a verificar se a licitante atendeu às exigências relativas à **PROPOSTA**.

17.2 – Será desclassificada:

- a) **PROPOSTA** que não atenda às exigências do **EDITAL** e **ANEXOS**;
- b) **PROPOSTA** com preço excessivo, ou manifestamente inexeqüível, assim considerado, pela Comissão de Julgamento, aquele que não venha a ter demonstrada sua viabilidade, através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, cuja análise situar-se-á nos termos dos subitens 16.2 e 16.3;
- c) **PROPOSTA** que não se situe como exeqüível, na forma do critério delineado no **subitem 16.2**, em especial **letras “e”, “f” e “g”**;
- d) **PROPOSTA** que ofereça vantagem não prevista no instrumento convocatório, ou ainda vantagem baseada na oferta das demais licitantes;
- e) **PROPOSTA** que apresente emenda, rasura, borrão, ressalva, entrelinha ou cláusula resolutiva, não permitindo sua identificação clara e precisa, de modo que fique prejudicada sua análise.

17.3 – Ocorrendo a desclassificação de todas as licitantes, a Administração poderá solicitar a apresentação de nova **proposta**, escoimada(s) a(s) causa(s) que deu(ram) origem à ocorrência, nos termos da Lei nº 8.666/93.

17.3.1 – Na hipótese de adoção da previsão do subitem 17.3, o procedimento indicado deverá ser levado a efeito no prazo de até 08 (oito) dias úteis, contados do recebimento da notificação por parte da licitante, implicando, ainda, a apresentação de todos os documentos exigidos no **item 12**, independentemente do(s) documento(s) que tenha(m) dado causa à desclassificação.

18.0 – DA HOMOLOGAÇÃO:

18.1 – Havendo desistência expressa de recurso(s), por parte de todos os representantes credenciados, contra o ato de julgamento/classificação de propostas, mesmo que levado a efeito na própria reunião de abertura e/ou julgamento das **PROPOSTAS**, a licitação será homologada.

18.1.1 – Não se verificando a hipótese colacionada, decorrido o prazo legal sem interposição de recurso(s) contra o ato de julgamento e classificação das **PROPOSTAS**, ou decidido(s) aquele(s) interposto(s), a licitação será homologada.

19.0 – DA ADJUDICAÇÃO:

19.1 – Após a publicidade do ato de homologação, o objeto da licitação será adjudicado à licitante classificada em primeiro lugar.

20.0 – DOS RECURSOS:

20.1 – Dos atos e decisões exarados nesta licitação caberá recurso, nos termos do artigo 109, da Lei nº 8.666/93, e alterações.

21.0 – DA GARANTIA PARA EXECUÇÃO DO CONTRATO:

21.1 – A garantia para execução do contrato será de 5% (cinco por cento) de seu valor, eventualmente acrescida da garantia adicional na forma do **subitem 16.2**, em especial **letras “h”, “i” e “j”**, a ser procedida de acordo com o artigo 56, incisos I, II ou III, a critério da empresa vencedora, e entregue o comprovante no Setor de Licitações até a data de sua assinatura.

21.1.1 – A garantia deverá abranger todo o período contratual, inclusive eventual prorrogação do prazo para cumprimento do pactuado, até o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** da obra/serviços.

21.2 – A garantia poderá ser prestada exclusivamente mediante caução, nos termos do artigo 56, § 1º, incisos I, II ou III, da Lei nº 8.666/93.

21.2.1 – Se a garantia for prestada em dinheiro será depositada em conta aplicação da **CONTRATADA**, indicada por ela, onde se deverá apresentar no ato do depósito, especificações sobre a mesma, a qual será restituída com correções decorrentes da aplicação realizada.

21.3 – Em caso de acréscimo de obra/serviço, fica a **CONTRATADA** obrigada a complementar a garantia na mesma percentagem, cujo recolhimento deverá ocorrer até a data da assinatura do competente

TERMO.

21.3.1 – Desfalcada a garantia prestada, pela imposição de multas e/ou outro motivo de direito, será notificada a **CONTRATADA** por meio de correspondência com Aviso de Recebimento (A.R.), para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, complementar o valor, sob pena de rescisão contratual.

21.4 – Poderá a **CONTRATANTE** descontar da garantia toda importância que, a qualquer título, lhe for devida pela **CONTRATADA**.

21.5 – A garantia prestada pela **CONTRATADA** será liberada ou restituída após o **RECEBIMENTO DEFINITIVO** da obra/serviços e, quando em dinheiro, atualizada monetariamente pelo índice do Fundo de Aplicações do Banco do Brasil S/A.

21.5.1 – A liberação ou restituição da garantia não isenta a **CONTRATADA** das responsabilidades, nos termos das prescrições legais.

22.0 – DA CONTRATAÇÃO:

22.1 – O objeto da licitação será contratado com a licitante classificada em primeiro lugar. Não sendo celebrado com esta, poderá a **CONTRATANTE** convocar os demais licitantes, obedecendo a ordem de classificação, ou revogar a licitação, nos termos do § 2º, artigo 64, da Lei nº 8.666/93, e alterações.

22.2 – A licitante vencedora será convocada para assinatura do contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da comunicação.

22.2.1 – O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado, aceito pela **CONTRATANTE**. Não havendo decisão, o contrato deverá ser assinado até o 10º (décimo) dia da data da convocação.

22.3 – Na retirada da Nota de Empenho e assinatura do contrato, a empresa adjudicatária cadastrada perante qualquer órgão ou entidade da Administração Pública devendo apresentar declaração de que atende as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do artigo 117 da Constituição do Estado, devendo os comprovantes relativos às regularidades com a Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), oferecidos no envelope **DOCUMENTAÇÃO**,

estar em plena validade, sob pena de se exigir, para a prática dos atos indicados nos subitens 22.1, 22.2 e, se for o caso, no subitem 22.2.1, a apresentação dos documentos referidos, devidamente revalidados, independentemente de confirmação via internet, na forma indicada no subitem 11.6.3.

22.4 – Em se tratando de empresa adjudicatária não cadastrada perante a Administração Pública, além do cumprimento das exigências estabelecidas no subitem 22.3, impõe-se também, se ultrapassada a validade, a apresentação dos documentos pertinentes à regularidade com a Fazenda Federal (Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, emitida pela Secretaria da Receita Federal, e Certidão de Quitação da Dívida Ativa da União, fornecida pela Procuradoria da Fazenda Federal).

22.5 – Na retirada da Nota de Empenho e assinatura do contrato, em se tratando de empresa adjudicatária pertencente a outra região, impõe-se a apresentação do registro no Conselho Nacional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA), ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU atualizado, **com o visto do CREA/ SP ou CAU/ SP** (região onde a obra será realizada).

22.6 – O descumprimento de quaisquer das exigências indicadas nos subitens 22.2, 22.2.1, 22.3, 22.4 e 22.5 implicará a não retirada da Nota de Empenho e assinatura do contrato, sujeitando a licitante às sanções previstas no **item 24, subitens 24.1** deste **EDITAL**.

22.7 – Eventual reajustamento do valor contratual obedecerá à legislação disciplinadora do procedimento, em especial a Lei nº 8.666/93.

22.8 – É de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento e a instrução correta da utilização dos E.P.I.s (Equipamento de Proteção Individual) necessários para a execução da obra.

22.8.1 – Se algum funcionário da contratada que for abordado não cumprindo as normas de segurança, a empresa será notificada verbalmente, e havendo reincidência a mesma será penalizada, nos termos da legislação e do edital.

23.0 – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DA LICITAÇÃO:

23.1 – A **CONTRATANTE** somente receberá a obra/serviço quando estiver perfeitamente de acordo com o contrato e demais documentos que

dele fazem parte.

23.2 – Durante o prazo de observação, que abrange o período entre o recebimento provisório e o definitivo, fica a **CONTRATADA** obrigada a fazer, as suas expensas, as substituições e reparações reclamadas em consequência de vícios de construção porventura existentes, que forem identificados nessa fase.

23.3 – Os recebimentos provisório e definitivo da obra processar-se-ão de acordo com as normas vigentes, observados os prazos estipulados no **subitem 7.1, letras “c”, “d” e “e”**, com lavratura dos termos correspondentes.

23.4 – Recebida a obra, a responsabilidade da **CONTRATADA** pela qualidade, correção, solidez e segurança dos trabalhos subsiste na forma da lei.

24.0 – DAS PENALIDADES PELAS INFRAÇÕES CONTRATUAIS E INADIMPLÊNCIA DAS OBRIGAÇÕES ASSUMIDAS:

24.1 – Em caso de recusa injustificada em assinar o Contrato, ou em aceitar ou em retirar os instrumentos formais a ele correspondentes, inexecução do objeto da licitação, erro de execução, execução imperfeita, mora na execução, inadimplemento contratual, e não atendimento às determinações do órgão licitante, a **CONTRATADA** estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às sanções previstas na Lei nº 8.666/93, e alterações, introduzidas pelas Leis nºs 8.883/94, 9.648/98 e 9.854/99.

25.0 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

25.1 – As licitantes devem ter pleno conhecimento dos projetos, caderno de especificações (memorial descritivo), planilha de serviços e quantitativos (preços unitários e percentuais) e dos demais elementos constantes do **EDITAL e ANEXOS** bem como de todas as condições gerais e peculiaridades do local onde será executada a obra, devendo os licitantes levantar possíveis discrepâncias ocorridas entre projetos, memorial e planilha de quantitativos, não podendo invocar posteriormente, qualquer desconhecimento quanto aos mesmos.

25.2 – A **CONTRATANTE** reserva-se o direito de poder executar, no mesmo local, obras e serviços distintos dos abrangidos na presente **TOMADA DE PREÇOS**, sem qualquer interferência na obra e serviços

objeto desta licitação.

25.3 – A **CONTRATADA** deverá providenciar, as suas expensas, em 15 (quinze) dias a contar do início da obra, a confecção e instalação de placa indicativa da obra, conforme o modelo fornecido pela **CONTRATANTE**, nos termos do item 8.1.4, III.

25.4 – A obra poderá ser objeto de transferência ou de subcontratação somente em parte, mediante prévia e expressa autorização da **CONTRATANTE**.

25.5 – Quanto à qualidade dos materiais, a **CONTRATADA** obriga-se, de um lado, a pagar as despesas relativas a laudos técnicos e exames em ensaios de materiais, sondagem de solo, a serem empregado na obra, que serão realizados em local determinado pela **CONTRATANTE**, e, de outro, a utilizar os materiais de marcas equivalentes ou de melhor qualidade, indicadas e aceitas pela fiscalização, podendo ainda, se for o caso, exigir certificado de qualidade (INMETRO e ABNT – Associação Brasileiras de Normas Técnicas).

25.6 – Os preços para serviços decorrentes de modificações de projeto ou das especificações, para efeito de acréscimos, serão os que houverem sido contemplados no contrato, ou quando nele não existirem, deverão ser aqueles constantes da Tabela de Preços (PINI).

25.7 – Toda alteração contratual deverá ser previamente aprovada pela autoridade competente e compromissada por meio de termo de aditamento, numerado em ordem crescente, observando-se sempre o exposto na Lei nº 8.666/93.

25.8 – É facultada à Comissão de Julgamento ou Autoridade Superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.

25.9 – Pela elaboração e apresentação da “PROPOSTA”, a licitante não terá direito a auferir vantagem, remuneração ou indenização de qualquer espécie.

25.10 – A aceitação da proposta vencedora obrigará seu proponente à execução integral do objeto da **TOMADA DE PREÇOS**, pelo prazo e condições oferecidas, não cabendo direito a qualquer ressarcimento por despesas decorrentes de custos e/ou serviços não cotados.

25.11 – Esta licitação poderá ser anulada se ocorrer ilegalidade em seu

processamento ou julgamento, e revogada, a juízo exclusivo da **CONTRATANTE**, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, nos termos do artigo 49, da Lei nº 8.666/93, e alterações.

Quatá-SP, 30 de junho de 2014.

LUCIANA GUIMARÃES ALVES CASACA
Prefeita Municipal

ANEXO I
TOMADA DE PREÇO Nº / 2014

Convênio nº 780/05/2013

Objeto: Construção de Centro Comunitário.

Regime de execução: empreitada global

Local: Rua Vitória Régia ,S/Nº - Jardim Primavera – Quatá/SP

PLANILHA ORÇAMENTÁRIA

FONTES	CÓD.	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	TOTAL
	1.0	SERVIÇOS PRELIMINARES				4.868,98
Boleti m 160	20802	Placa de identificação para obra	m ²	4,50	371,38	1.671,21
Boleti	20206	Container depósito -	unxmês	4,00	258,91	1.035,64

m 160		mínimo 9,20 m ²				
Boleti m 160	20208	Container escritório com 1 sanitário - mínimo 9,20 m ²	unxmês	4,00	288,91	1.155,64
Boleti m 160	21002	Locação de obra de edificação	m ²	146,08	6,89	1.006,49
	2.0	INFRA-ESTRUTURA				13.799,24
Boleti m 160	60202	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,50 m	m ³	5,54	33,66	186,48
Boleti m 160	61202	Aterro manual apilado de área interna com maço de 30 kg	m ³	25,72	34,54	888,37
Boleti m 160	110110	Concreto usinado, fck = 20,0 MPa	m ³	5,54	266,63	1.477,13
Boleti m 160	90102	Forma em madeira comum para fundação	m ²	33,24	46,91	1.559,29
Boleti m 160	100104	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk= 500 MPa	kg	443,20	4,76	2.109,63
Boleti m 160	111604	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m ³	5,54	94,48	523,42
Boleti m 160	111804	Lastro de pedra britada	m ³	0,92	93,79	86,29
Boleti m 160	120501	Taxa de mobilização para estaca escavada	tx	1,00	1.290,46	1.290,46
Boleti m 160	120502	Estaca escavada mecanicamente, diâmetro de 25 cm até 20 t	m	108,00	31,68	3.421,44
Boleti m 160	140102	Alvenaria de embasamento em tijolo maciço comum	m ³	3,69	395,49	1.459,36
Boleti m 160	321601	Impermeabilização em pintura de asfalto oxidado com solventes orgânicos, sobre massa	m ²	36,94	8,10	299,21
Boleti m 160	321701	Impermeabilização em argamassa impermeável com aditivo hidrófugo	m ³	1,11	448,79	498,16
	3.0	SUPER ESTRUTURA				22.093,88
Boleti m 160	110110	Concreto usinado, fck = 20,0 MPa	m ³	7,51	266,63	2.002,39
Boleti m 160	90202	Forma plana em compensado para estrutura convencional	m ²	105,14	79,81	8.391,22
Boleti m 160	100104	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk= 500 MPa	kg	901,20	4,76	4.289,71
Boleti m 160	111606	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em estrutura	m ³	7,51	65,25	490,03
Boleti m 160	130204	Laje pré-fabricada mista vigota protendida/lajota, beta 12 cm	m ²	53,76	84,08	4.520,14

Boleti m 160	130102	Laje pré-fabricada mista vigota treliçada/lajota, beta 12 cm	m ²	36,32	66,09	2.400,39
	4.0	ALVENARIA				8.507,99
Boleti m 160	140421	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação, uso revestido, de 14 cm	m ²	146,06	45,58	6.657,41
Boleti m 160	140422	Alvenaria de bloco cerâmico de vedação, uso revestido, de 19 cm	m ²	34,50	53,64	1.850,58
	5.0	COBERTURA/ IMPERMEABILIZAÇÕES				29.698,83
Boleti m 160	150101	Estrutura de madeira tesourada para telha de barro - vãos até 7,00 m	m ²	75,02	79,79	5.985,85
Boleti m 160	150303	Fornecimento e montagem de estrutura em aço ASTM-A36, sem pintura	kg	520,36	10,84	5.640,70
Boleti m 160	160203	Telha de barro tipo romana	m ²	75,02	33,66	2.525,17
Boleti m 160	160223	Cumeeira de barro emboçado tipos: plan, romana, italiana, francesa e paulistinha	m	8,65	15,42	133,38
Boleti m 160	161202	Telhamento em chapa de aço pré-pintada com epóxi e poliéster, perfil ondulado, com espessura de 0,50 mm	m ²	82,96	52,44	4.350,42
Boleti m 160	220307	Forro em lâmina de PVC	m ²	77,24	48,03	3.709,84
Boleti m 160	163306	Calha, rufo, afins em chapa galvanizada nº 24 - corte 1,00 m	m	71,00	103,57	7.353,47
	6.0	ESQUADRIAS				8.355,59
	6.1	ESQUADRIAS DE MADEIRA				1.546,65
Boleti m 160	230904	Porta lisa com batente madeira - 82 x 210 cm	un	2,00	255,31	510,62
Boleti m 160	230905	Porta lisa com batente madeira - 92 x 210 cm	un	2,00	268,28	536,56
Boleti m 160	280102	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca para porta externa com 1 folha	cj	1,00	168,06	168,06
Boleti m 160	280104	Ferragem completa com maçaneta tipo alavanca para porta interna com 1 folha	cj	1,00	124,59	124,59
Boleti m 160	280107	Ferragem completa para porta de box de WC tipo livre/ocupado	cj	2,00	103,41	206,82

	6.2	ESQUADRIAS METÁLICAS E VIDRO TEMPERADO				6.808,94
Boleti m 160	260214	Vidro temperado cinza ou bronze de 8 mm	m ²	8,40	212,93	1.788,61
Boleti m 160	260216	Vidro temperado cinza ou bronze de 10 mm	m ²	10,10	265,07	2.677,21
Boleti m 160	282065	Puxador duplo em aço inoxidável, para porta de madeira, alumínio ou vidro, de 350 mm	un	2,00	528,85	1.057,70
Boleti m 160	282077	Trinco de piso para porta em vidro temperado	un	2,00	103,61	207,22
Boleti m 160	282077	Trinco de piso para porta em vidro temperado	un	3,00	103,61	310,83
Boleti m 160	282078	Fechadura externa com maçaneta tipo alavanca e cilindro, acabamento cor prata	un	2,00	174,44	348,88
Boleti m 160	240310	Alçapão/tampa em chapa de ferro com porta cadeado	m ²	0,48	871,85	418,49
	7.0	INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS				14.419,77
	7.1	ÁGUA FRIA				3.070,48
Boleti m 160	450102	Entrada completa de água com abrigo e registro de gaveta, DN= 3/4 ´	un	1,00	752,11	752,11
Boleti m 160	460102	Tubo de PVC rígido, DN= 25 mm, (3/4 ´), inclusive conexões	m	50,00	19,47	973,50
Boleti m 160	460105	Tubo de PVC rígido, DN= 50 mm, (1 1/2 ´), inclusive conexões	m	12,00	31,08	372,96
Boleti m 160	470202	Registro de gaveta em latão fundido cromado com canopla, DN= 3/4 ´ - linha especial	un	4,00	66,24	264,96
Boleti m 160	470404	Válvula de descarga com registro próprio, DN= 1 1/2 ´	un	2,00	180,66	361,32
Boleti m 160	480202	Reservatório de fibra de vidro - capacidade de 1.000 litros	un	1,00	301,80	301,80
Boleti m 160	480501	Torneira de bóia, DN= 3/4 ´	un	1,00	43,83	43,83
Boleti m 160	7.2	ESGOTO				3.886,62
Boleti m 160	460201	Tubo de PVC rígido, pontas lisas, DN= 40 mm, inclusive conexões	m	12,00	30,22	362,64
Boleti m 160	460205	Tubo de PVC rígido, PxB com anel de borracha, DN= 50 mm, inclusive	m	12,00	29,73	356,76

		conexões				
Boleti m 160	460207	Tubo de PVC rígido, PxB com anel de borracha, DN= 100 mm, inclusive conexões	m	50,00	37,98	1.899,00
Boleti m 160	490103	Caixa sifonada de PVC rígido de 150 x 150 x 50 mm, com grelha	un	3,00	67,80	203,40
Boleti m 160	490302	Caixa de gordura em alvenaria, 60 x 60 x 60 cm	un	6,00	177,47	1.064,82
	7.3	ÁGUA PLUVIAL				759,60
Boleti m 160	460207	Tubo de PVC rígido, PxB com anel de borracha, DN= 100 mm, inclusive conexões	m	20,00	37,98	759,60
	7.4	LOUÇAS, METAIS E ACESSÓRIOS				6.703,07
Boleti m 160	300107	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio, comprimento de 500 mm, acabamento com pintura epóxi	un	2,00	97,22	194,44
Boleti m 160	300108	Barra de apoio reta, para pessoas com mobilidade reduzida, em tubo de alumínio, comprimento de 800 mm, acabamento com pintura epóxi	un	4,00	108,52	434,08
Boleti m 160	300406	Revestimento em chapa de aço inoxidável para proteção de portas, altura de 40 cm	m	1,60	217,28	347,65
Boleti m 160	300801	Bacia sifonada de louça sem tampa, para pessoas com mobilidade reduzida - 6 litros	un	2,00	458,32	916,64
Boleti m 160	300804	Lavatório de louça para canto sem coluna para pessoas com mobilidade reduzida	un	2,00	714,09	1.428,18
Boleti m 160	440206	Tampo/bancada em granito espessura de 3 cm	m ²	2,79	719,96	2.008,69
Boleti m 160	440304	Saboneteira de louça de embutir	un	2,00	26,28	52,56
Boleti m 160	440308	Porta-papel de louça de embutir	un	2,00	28,59	57,18
Boleti m 160	440347	Torneira de parede para pia com bica móvel e arejador, em latão fundido cromado	un	1,00	46,48	46,48
Boleti m 160	440340	Torneira curta com rosca para uso geral, em latão fundido cromado, DN= 3/4 ´	un	1,00	26,90	26,90
Boleti	440346	Torneira para lavatório em	un	2,00	33,35	66,70

m 160		latão fundido cromado, DN= 1/2´				
Boleti m 160	440338	Torneira curta com rosca para uso geral, em latão fundido sem acabamento, DN= 3/4´	un	2,00	23,71	47,42
Boleti m 160	442010	Engate flexível metálico DN= 1/2´	un	2,00	28,90	57,80
Boleti m 160	442024	Sifão plástico com copo, rígido, de 1´ x 1 1/2´	un	2,00	20,07	40,14
Boleti m 160	442026	Sifão plástico com copo, rígido, de 1 1/4´ x 2´	un	2,00	22,12	44,24
Boleti m 160	442030	Bolsa para bacia sanitária	un	2,00	6,99	13,98
Boleti m 160	442023	Tubo de ligação para sanitário	un	2,00	21,97	43,94
Boleti m 160	442062	Válvula americana	un	1,00	26,35	26,35
Boleti m 160	442065	Válvula de metal cromado de 1´	un	2,00	26,21	52,42
Boleti m 160	442064	Válvula de metal cromado de 1 1/2´	un	1,00	46,07	46,07
Boleti m 160	442058	Cuba de aço inoxidável, 835 x 340 x 140 mm, dupla nº 334, linha comercial, sem pertences	un	1,00	253,34	253,34
Boleti m 160	440131	Tanque de louça com coluna de 30 litros	un	1,00	455,83	455,83
Boleti m 160	442028	Tampa de plástico para bacia sanitária	un	2,00	21,02	42,04
	8.0	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS				13.470,15
	8.1	REDE DE ENTRADA				1.200,69
PMQ	001	Poste particular p/ edificação com potência instalada - 10 a 15Kw	un.	1,00	834,60	834,60
PMQ	002	Entrada de energia em caixa de chapa de aço, dimensões 500x600x270mm - 10 a 15 Kw	un.	1,00	366,09	366,09
	8.2	REDE DE DISTRIBUIÇÃO				4.680,36
Boleti m 160	370321	Quadro de distribuição universal de embutir, para disjuntores 24 DIN / 18 Bolt-on - 150 A - sem componentes	un	1,00	267,54	267,54
Boleti m 160	371001	Barramento de cobre nu	kg	1,00	45,70	45,70
Boleti m 160	371364	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 60 A até 100 A	un	1,00	70,60	70,60

Boleti m 160	371363	Disjuntor termomagnético, bipolar 220/380 V, corrente de 10 A até 50 A	un	24,00	52,87	1.268,88
Boleti m 160	372403	Supressor de surto monofásico, Fase-Terra, In > ou = 20 kA, I _{max.} de surto de 65 até 80 kA	un	1,00	132,65	132,65
Boleti m 160	372008	Barra de neutro e/ou terra	un	1,00	12,13	12,13
Boleti m 160	381903	Eletroduto de PVC corrugado flexível leve, diâmetro externo de 25 mm	m	120,00	9,36	1.123,20
Boleti m 160	381301	Eletroduto corrugado em polietileno de alta densidade, DN= 30 mm, com acessórios	m	30,00	7,98	239,40
Boleti m 160	392902	Cabo de cobre flexível de 2,5 mm ² , isolamento 750 V - 70° C - baixa emissão de fumaça e gases	m	431,00	1,40	603,40
Boleti m 160	390206	Cabo de cobre de 25 mm ² , isolamento 750 V - isolação em PVC 70°C	m	60,00	9,46	567,60
Boleti m 160	400102	Caixa de ferro estâmpada 4" x 2"	un	24,00	8,84	212,16
Boleti m 160	400106	Caixa de ferro estâmpada sextavada 3" x 3"	un	9,00	8,94	80,46
Boleti m 160	402012	Placa de 4" x 2"	un	24,00	2,36	56,64
	8.3	PONTOS DE ILUMINAÇÃO E TOMADAS				2.737,00
Boleti m 160	411422	Luminária de sobrepor ou pendente em calha com aletas planas para 2 lâmpadas fluorescentes compactas de 18W/26W	un	10,00	50,55	505,50
Boleti m 160	411410	Luminária de sobrepor ou pendente em calha fechada para 4 lâmpadas fluorescentes de 32/40W	un	4,00	174,85	699,40
Boleti m 160	410963	Reator eletrônico de alto fator de potência com partida instantânea, para uma lâmpada fluorescente tubular, base bipino bilateral, 32 W - 127 V / 220 V	un	36,00	17,96	646,56
Boleti m 160	410709	Lâmpada fluorescente tubular, base bipino bilateral de 40 W	un	36,00	5,49	197,64
Boleti m 160	400446	Tomada 2P+T de 20 A - 250 V, completa	cj	17,00	15,47	262,99
Boleti m 160	400502	Interruptor com 1 tecla simples e placa	cj	7,00	13,03	91,21
Boleti m 160	500526	Bloco autônomo de iluminação de emergência com autonomia mínima de	un	2,00	166,85	333,70

		1 hora, equipado com 2 lâmpadas de 11 W				
	8.4	TELEFONIA				536,17
Boleti m 160	370102	Quadro Telebrás de embutir de 200 x 200 x 120 mm	un	1,00	75,75	75,75
Boleti m 160	380106	Eletroduto de PVC rígido roscável de 1´ - com acessórios	m	3,00	19,06	57,18
Boleti m 160	380506	Eletroduto de ferro galvanizado, pesado de 1´ - com acessórios	m	3,00	26,66	79,98
Boleti m 160	692003	Suporte para isolador roldana tipo SIR, padrão TELEBRÁS	un	1,00	10,07	10,07
Boleti m 160	692004	Isolador roldana em porcelana de 72 x 72 mm	un	1,00	7,64	7,64
Boleti m 160	692007	Fita em aço inoxidável para poste de 0,50 m x 19 mm, com fecho em aço inoxidável	un	5,00	6,56	32,80
Boleti m 160	400102	Caixa de ferro estâmpada 4´ x 2´	un	1,00	8,84	8,84
Boleti m 160	402012	Placa de 4´ x 2´	un	1,00	2,36	2,36
Boleti m 160	400409	Tomada RJ 11 para telefone, sem placa	un	1,00	17,60	17,60
Boleti m 160	391109	Fio telefônico tipo FI-60, para ligação de aparelhos telefônicos	m	10,00	2,37	23,70
Boleti m 160	391111	Fio telefônico externo tipo FE-160	m	25,00	8,81	220,25
	8.5	SPDA				4.315,93
Boleti m 160	420102	Captor tipo Franklin, h= 300 mm, 4 pontos, 1 descida, acabamento cromado	un	2,00	37,84	75,68
Boleti m 160	420544	Barra condutora chata de alumínio, 7/8´ x 1/8´ - inclusive acessórios de fixação	m	46,80	17,31	810,11
Boleti m 160	420537	Caixa de equalização de embutir em aço com barramento, de 400 x 400 mm e tampa	un	1,00	258,02	258,02
Boleti m 160	390408	Cabo de cobre nu, têmpera mole, classe 2, de 50 mm ²	m	60,00	22,49	1.349,40
Boleti m 160	420520	Haste de aterramento de 5/8´ x 2,40 m	un	8,00	63,62	508,96
Boleti m 160	420510	Caixa de inspeção suspensa	un	8,00	35,70	285,60
Boleti m 160	420532	Caixa de inspeção do terra cilíndrica em PVC rígido, diâmetro de 300 mm - h= 400 mm	un	8,00	24,75	198,00
Boleti m 160	422003	Solda exotérmica tipo cabo-haste	un	8,00	22,50	180,00

Boleti m 160	422005	Solda exotérmica tipo 'RR' cabo-barra	un	8,00	23,12	184,96
Boleti m 160	380106	Eletroduto de PVC rígido roscável de 1' - com acessórios	m	20,00	19,06	381,20
Boleti m 160	362006	Braçadeira para fixação de eletroduto, até 4'	un	16,00	5,25	84,00
	9.0	REVESTIMENTO				13.125,03
Boleti m 160	170202	Chapisco	m ²	485,50	3,93	1.908,02
Boleti m 160	170214	Emboço desempenado com espuma de poliéster	m ²	485,50	14,51	7.044,61
Boleti m 160	181104	Revestimento em placa cerâmica esmaltada para paredes de 20 x 20 cm, assentado com argamassa AC-I colante industrializada	m ²	67,90	38,26	2.597,85
Boleti m 160	290102	Cantoneira em alumínio perfil sextavado	m	6,40	12,10	77,44
Boleti m 160	290104	Cantoneira em alumínio perfil 'Y'	m	82,00	12,90	1.057,80
Boleti m 160	181123	Rejuntamento de cerâmica esmaltada de 20 x 20 cm com argamassa industrializada para rejunte, juntas até 3 mm	m ²	67,90	6,47	439,31
	10.0	PISO INTERNO				17.307,47
Boleti m 160	170104	Lastro de concreto impermeabilizado	m ³	6,77	387,98	2.626,62
Boleti m 160	170102	Argamassa de regularização e/ou proteção	m ³	4,05	439,66	1.780,62
Boleti m 160	180614	Piso cerâmico esmaltado antiderrapante PEI-5 resistência química A, para áreas internas com saída para o exterior, assentado c/argamassa colante industrializada	m ²	135,26	60,48	8.180,52
Boleti m 160	180616	Rodapé cerâmico esmaltado PEI-5 resistência química A, para áreas internas com saída para o exterior, assentado com argamassa colante industrializada	m	63,25	11,80	746,35
Boleti m 160	180641	Rejuntamento de piso em placas cerâmicas (30-34 x 30-34 cm) com argamassa industrializada para rejunte, juntas acima de 3 até 5 mm	m ²	135,26	6,47	875,13

Boleti m 160	180651	Rejuntamento de rodapé em placas cerâmicas até 10 cm de altura com argamassa industrializada para rejunte, juntas acima de 3 até 5 mm	m	63,25	0,71	44,91
Boleti m 160	190106	Peitoril e/ou soleira em granito com espessura de 2 cm e largura até 20 cm	m	39,10	78,09	3.053,32
	11.0	PINTURA				8.728,98
Boleti m 160	331005	Tinta acrílica em massa, inclusive preparo	m ²	417,60	15,28	6.380,93
Boleti m 160	330208	Massa corrida à base de resina acrílica	m ²	226,13	8,25	1.865,57
Boleti m 160	331102	Esmalte em superfície metálica, inclusive preparo	m ²	0,96	22,42	21,52
Boleti m 160	331201	Esmalte em superfície de madeira, inclusive preparo	m ²	21,42	21,52	460,96
	12.0	SERVIÇOS COMPLEMENTARES				31.126,87
	12.1	CALÇADA INTERNA				12.722,35
Boleti m 160	540434	Pavimentação em lajota de concreto 35 MPa, espessura 6 cm, tipos: raquete, retangular, sextavado e 16 faces, com rejunte em areia	m ²	165,45	52,56	8.696,05
Boleti m 160	540604	Guia pré-moldada reta tipo PMSP 100 - fck 25 MPa	m	80,12	36,07	2.889,93
Boleti m 160	340210	Plantio de grama esmeralda em placas (jardins e canteiros)	m ²	148,74	7,64	1.136,37
	12.2	FECHAMENTO PERIMETRAL				17.716,48
Boleti m 160	60202	Escavação manual em solo de 1ª e 2ª categoria em vala ou cava até 1,50 m	m ³	4,70	33,66	158,20
Boleti m 160	110110	Concreto usinado, fck = 20,0 MPa	m ³	4,70	266,63	1.253,16
Boleti m 160	111604	Lançamento e adensamento de concreto ou massa em fundação	m ³	4,70	94,48	444,06
Boleti m 160	90102	Forma em madeira comum para fundação	m ²	28,20	46,91	1.322,86
Boleti m 160	100104	Armadura em barra de aço CA-50 (A ou B) fyk= 500 MPa	kg	282,00	4,76	1.342,32
Boleti m 160	331102	Esmalte em superfície metálica, inclusive preparo	m ²	12,00	22,42	269,04
Boleti m 160	240210	Portão tubular em tela de aço galvanizado até 2,50 m de altura, completo	m ²	6,00	318,09	1.908,54

Boleti m 160	340505	Cerca em tela de aço galvanizado de 2", montantes em mourões de concreto com ponta inclinada e arame farpado	m	125,08	88,09	11.018,30
	12.3	LIMPEZA DA OBRA				688,04
Boleti m 160	550102	Limpeza final da obra	m ²	146,08	4,71	688,04
TOTAL GERAL						R\$ 185.502,78

Luciana Guimarães Alves Casaca
 Prefeito Municipal

Américo Fabris Junior
 Eng° Civil - CREA 0600834976
 ART 92221220131029425

<p><i>ANEXO II</i> <i>TOMADA DE PREÇOS N° / 2.012</i></p>
--

Convênio n° 780/05/2013

Objeto: Construção de Centro Comunitário.

Regime de execução: empreitada global

Local: Rua Vitória Régia ,S/N° - Jardim Primavera – Quatá/SP

MEMORIAL DESCRITIVO

Em toda a extensão da alvenaria de embasamento dobrando lateralmente, 10 cm para cada lado, com aditivo hidrofugante.

3. SUPER ESTRUTURA

3.1. Vigas

No respaldo das alvenarias, conforme detalhe e dimensões em projeto, em concreto armado, armadas com 5 ferros diâmetro 10 mm corridos sendo, 2 na face superior e 3 na face inferior, estribos com ferro diâmetro 5 mm distribuídos a cada 20 cm. Todo o aço utilizado deverá ser do tipo CA-50 A.

3.2. Pilares

Nos cantos e cruzamentos das paredes, em concreto armado, dimensões 15 x 15 cm, armados com 4 ferros diâmetro 10 mm e estribos com ferro diâmetro de 5 mm distribuídos a cada 20 cm. Todo o aço utilizado deverá ser do tipo CA-50 A.

3.3. Laje pré

Será executado em toda a construção conforme especificado no projeto, forro em laje pré-fabricada de concreto, treliçada ou protendida, tipo beta 12 cm.

4. ALVENARIA

4.1. Paredes

Serão de blocos cerâmicos de vedação, uso revestido, larguras de 14 e 19 cm, de acordo com o projeto básico.

5. COBERTURA/ IMPERMEABILIZAÇÕES

5.1. Cobertura

Serão executadas coberturas mistas de telhas de aço galvanizado apoiadas sobre estrutura metálica e telhas de concreto apoiadas sobre estrutura de madeira em vigotas de seção 6 x 12 cm, conforme detalhes no projeto básico.

5.2. Forro de PVC

Na varanda, acompanhando o caimento da estrutura de madeira, deverá ser instalado forro em lâminas de PVC.

6. ESQUADRIAS

6.1. Madeira

Portas lisas de abrir, com batente, guarnições e ferragens, próprias para receber pintura, nas dimensões, bitolas e especificações constantes do projeto executivo.

6.2. Metálicas e Vidro Temperado

Caixilho de ferro em chapa ventilada com porta cadeado para

clarabóia e caixilhos de vidro do tipo temperado, cinza ou bronze de 8 e 10 mm com ferragens e pertences para vãos de janelas e portas nas dimensões especificadas no projeto.

7. INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS

7.1. Água Fria

Deverão ser executadas de acordo com as normas da ABNT e SAE da PMJR. Serão executadas tubulações em PVC, registros e válvulas de descarga de 1ª linha. Será instalado reservatório com capacidade para 1000 litros.

7.2. Esgoto

Deverão ser executadas de acordo com as normas da ABNT e SAE da PMJR e executadas tubulações e caixas sifonadas em PVC de 1ª linha.

7.3. Água Pluvial

Deverão ser executadas de acordo com as normas da ABNT e SAE da PMJR e executadas tubulações em PVC de 1ª linha.

7.4. Louças, Metais e Acessórios

Deverão ser executadas de acordo com as normas da ABNT e SAE da PMJR. Será instalado todos os acessórios necessários para sanitário acessível, sendo barras, chapas, vasos e lavatórios de canto para pessoas com mobilidade reduzida. Todas as louças, metais e acessórios deverão ser de ótima qualidade e serão aferidos pela fiscalização da PMJR.

8. INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

8.1. Especificações

Padrão de entrada de serviço trifásica, até 15 kw com poste de concreto, cabine em alvenaria, quadro de medição e demais materiais, quadro de distribuição ligado ao quadro de entrada geral, com separação de circuitos através de disjuntores e dispositivo de proteção para baixa tensão contra descarga atmosférica. Distribuição por forros e paredes através de fiação adequada embutida em eletrodutos polietileno corrugado.

Iluminação: Luminárias do tipo sobrepor ou pendente em calhas com aletas para 2 ou 4 lâmpadas fluorescentes. Será instalado bloco autônomo de iluminação de emergência equipado com 2 lâmpadas de 11watts.

Tomadas: Para corrente e telefonia embutidas na parede com material de boa qualidade.

SPDA: Será instalado conforme as normas da ABNT para captores, cordoalhas e caixas de aterramento em materiais de boa condutibilidade e acabamento.

9. REVESTIMENTO

9.1. Chapisco

Sobre as superfícies de alvenaria, com argamassa de cimento e areia média, traço 1:3, espessura de 5 mm.

9.2. Emboço Desempenado

Sobre as superfícies de alvenaria, com argamassa de cal hidratada e areia, traço 1:3, com 100 Kg de cimento por metro cúbico, sarrafeado e desempenado, espessura de 15 mm. Deverá ser instalado cantoneiras em alumínio, perfil Y, para acabamento dos cantos de pilares e paredes, com altura de 2,00 metros em relação ao piso.

9.3. Azulejos ou Cerâmicas

Dimensão de 20 x 20 cm aplicados em paredes, juntas a prumo, empregando pasta de cimento colante. Deverá ser instalado cantoneiras em alumínio, perfil sextavado, para acabamento dos cantos do revestimento de azulejos.

10. PISO INTERNO

10.1. Contra-piso

Em concreto impermeabilizada não estrutural na espessura de 5 cm.

10.2. Piso interno

Piso e rodapé cerâmico esmaltado antiderrapante PEI-5, assentados com argamassa colante industrializada, caimentos adequados para fácil escoamento nas lavagens, não inferior a 0,5% e peitoris e soleiras em granito polido com largura de até 20 cm e espessura de 2 cm.

11. PINTURA

Serão usadas tintas de 1ª qualidade e excelente cobertura.

11.1. Paredes e Teto

Internamente e externamente, tinta latex 100% acrílica, de primeira qualidade, sobre camada de massa corrida a base de resina acrílica, marca com certificado ISO 9002, em duas demãos no mínimo, para perfeito recobrimento, cores a serem definidas.

11.2. Esquadrias de ferro

Fundo e esmalte de primeira qualidade em duas demãos.

11.3. Esquadrias de madeira

Fundo branco fosco e esmalte de primeira qualidade em duas demãos.

12. SERVIÇOS COMPLEMENTARES

12.1. Calçada Interna

Será executado calçada interna em lajota de concreto, tipo retangular, espessura de 6 cm, com rejunte em areia e plantio de grama esmeralda em placas conforme o projeto. A borda que separa a calçada interna da grama deverá receber guia pré-moldada de concreto para acabamento adequado.

12.2. Fechamento Perimetral

Deverá ser executado em todo o perímetro do terreno, cerca em tela de aço galvanizado, malha de 2" e mourões de concreto com ponta inclinada com espaçamento de 2,00 metros entre eles. Deverá ser fornecido e instalado, portão tubular em tela de aço galvanizado, no mesmo padrão da cerca.

12.3. Limpeza da obra

Ao término, deverá ser efetuada a limpeza geral da obra, compreendendo caixilhos, vidros, pisos, azulejos, etc.

Obs: "Os serviços quantificados na planilha orçamentária retratam a necessidade do objeto apresentado".

Luciana Guimarães Alves Casaca
Prefeito Municipal

Américo Fabris Junior
Engº Civil - CREA 0600834976
ART 92221220131029425

<i>ANEXO III</i> <i>TOMADA DE PREÇOS Nº / 2012</i>
--

Convênio nº 780/05/2013

Objeto: Construção de Centro Comunitário.

Regime de execução: empreitada global

Local: Rua Vitória Régia ,S/Nº - Jardim Primavera – Quatá/SP

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

1º TRIMESTRE

SERVIÇOS	Valores	1º MÊS		2º MÊS		3º MÊS	
		Valor	% Serv	Valor	% Serv	Valor	% Serv
Custo da obra	R\$ 185.502,78						
SERVIÇOS PRELIMINARES	4.868,98	4.868,98	100,00				
INFRA-ESTRUTURA	13.799,24	13.799,24	100,00				
SUPER ESTRUTURA	22.093,88			22.093,88	100,00		
ALVENARIA	8.507,99			7.657,19	90,00	850,80	10,00
COBERTURA/ IMPERMEABILIZAÇÕES	29.698,83					29.698,83	100,00
ESQUADRIAS	8.355,59						
INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	14.419,77						
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	13.470,15						
REVESTIMENTO	13.125,03						
PISO INTERNO	17.307,47						
PINTURA	8.728,98						
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	31.126,87						
TOTAL MENSAL		18.668,22		29.751,07		30.549,63	
% MENSAL	100,00%	10,06%		16,04%		16,47%	
TOTAL ACUMULADO		18.668,22		48.419,29		78.968,92	

2º TRIMESTRE

SERVIÇOS	Valores	4º MÊS		5º MÊS		6º MÊS	
		Valor	% Serv	Valor	% Serv	Valor	% Serv
Custo da obra	R\$ 185.502,78						
SERVIÇOS PRELIMINARES	4.868,98						
INFRA-ESTRUTURA	13.799,24						
SUPER ESTRUTURA	22.093,88						
ALVENARIA	8.507,99						

COBERTURA/ IMPERMEABILIZAÇÕES	29.698,83						
ESQUADRIAS	8.355,59	5.848,91	70,00	2.506,68	30,00		
INSTALAÇÕES HIDRÁULICAS	14.419,77	8.651,86	60,00	5.767,91	40,00		
INSTALAÇÕES ELÉTRICAS	13.470,15	8.082,09	60,00	5.388,06	40,00		
REVESTIMENTO	13.125,03			9.187,52	70,00	3.937,51	30,00
PISO INTERNO	17.307,47			6.922,99	40,00	10.384,48	60,00
PINTURA	8.728,98					8.728,98	100,00
SERVIÇOS COMPLEMENTARES	31.126,87					31.126,87	100,00
TOTAL MENSAL			22.582,87		29.773,15		54.177,84
% MENSAL	100,00%		12,17%		16,05%		29,21%
TOTAL ACUMULADO			101.551,79		131.324,94		185.502,78

Luciana Guimarães Alves Casaca
Prefeito Municipal

Américo Fabris Junior
Eng° Civil - CREA 0600834976
ART 92221220131029425

<p><i>ANEXO IV</i> <i>TOMADA DE PREÇOS N° / 2014</i></p>

PROJETO

ARQUITETÔNICO

ANEXO V
TOMADA DE PREÇOS N° / 2014

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO
IMPEDITIVO**

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistente qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea e não está impedida de contratar com o Poder Público de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar qualquer ocorrência de fatos supervenientes.

Por ser expressão da verdade, assina a presente.

_____, ____ de _____ de 2014.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº. do documento de identidade

ANEXO VI
TOMADA DE PREÇOS Nº / 2014

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE REGULARIDADE PARA COM O
MINISTÉRIO DO TRABALHO**

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º, da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso V do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1.999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Por ser expressão da verdade, assina a presente.

_____, ____ de _____ de 2014.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº. do documento de identidade

ANEXO VII
TOMADA DE PREÇOS Nº / 2014

DECLARAÇÃO

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que não mantém parentesco com o Prefeito Municipal, Vice-Prefeito e Vereadores, nos termos da proibição contida no artigo 96, da Lei Orgânica do Município de Quatá, ou seja, que não poderá contratar com o Município, as pessoas ligadas ao Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores, por matrimônio, parentesco, afim ou consanguíneo, até o segundo grau, ou por adoção.

Por ser expressão da verdade, assina a presente.

_____, ____ de _____ de 2014.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº. do documento de identidade

ANEXO VIII
TOMADA DE PREÇOS Nº / 2014

D E C L A R A Ç Ã O

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que arcará com os salários e encargos sociais e previdenciários de seus funcionários e da construção, eventuais tributos, taxas, emolumentos, etc., isentando o Município de qualquer responsabilidade.

Por ser expressão da verdade, assina a presente.

_____, ____ de _____ de 2014.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº. do documento de identidade

ANEXO IX
TOMADA DE PREÇOS Nº / 2014

D E C L A R A Ç Ã O

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório em pauta, sob as penas da Lei, estar enquadrado como _____ (micro empresa **OU** empresa de pequeno porte) nos termos da Lei Complementar 123/06.

Por ser expressão da verdade, assina a presente.

_____, ____ de _____ de 2014.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº. do documento de identidade

ANEXO X
TOMADA DE PREÇOS Nº / 2014

D E C L A R A Ç Ã O

(Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ nº, neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no Processo Licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que estou ciente da garantia mínima de 05 (cinco) anos e que os materiais utilizados na execução da obra atende as normas da ABNT/INMETRO vigentes.

Por ser expressão da verdade, assina a presente.

_____, ____ de _____ de 2014.

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
Nº. do documento de identidade

ANEXO XI

TOMADA DE PREÇOS N° / 2014

MINUTA DE CONTRATO

Processo n° 0.../ 2014
Tomada de Preços n° 0.../ 2014
Contrato n° 0.../ 2014

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA.

Aos _____ dias do mês de _____ de _____, o **MUNICÍPIO DE QUATÁ**, inscrito no CNPJ n° 44.547.313/0001-30, estabelecido na Rua General Marcondes Salgado, n° 332, nesta cidade de Quatá, Estado de São Paulo, representada neste ato pela Prefeita Municipal, a Senhora **LUCIANA GUIMARÃES ALVES CASACA**, brasileira, casada, Professora III, portadora do RG N° 18.912.017 SSP/SP e do CPF N° 127.421.088-74, residente e domiciliada na Avenida Rui Barbosa, N° 455, nesta cidade e comarca de Quatá, Estado de São Paulo, doravante denominada **CONTRATANTE** e Empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ n°. _____, com sede na rua _____, n° _____, Bairro _____, CEP _____, na cidade de _____, Estado de _____, neste ato representada pelo Senhor _____, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), portador da Cédula de Identidade RG n° _____ (órgão expedidor) e do CPF n° _____, residente e domiciliado na rua _____, n° _____, bairro _____, na cidade de _____, Estado de _____, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem firmar o presente Contrato decorrente da **Tomada de Preços n°. _____/ 2014**, regido pela Lei Federal n° 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Objeto do Contrato

O objeto deste termo é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA**

CONSTRUÇÃO DE CENTRO COMUNITÁRIO, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, obedecendo integralmente os documentos da PASTA TÉCNICA.

§ 1º – A CONTRATANTE se reserva o direito de executar, no mesmo local, obras e serviços distintos daqueles abrangidos no presente instrumento, sem qualquer interferência na obra e serviços objeto deste CONTRATO.

CLÁUSULA SEGUNDA **Regime de Execução**

O regime de execução da obra e serviços especificados na CLÁUSULA PRIMEIRA será indireto, na modalidade de empreitada por preço global, ficando a CONTRATADA responsável pelo fornecimento de materiais e mão de obra.

CLÁUSULA TERCEIRA **Documentos Integrantes do Contrato e Legislação Aplicável**

Para todos os efeitos de direito, para melhor caracterização de execução da obra e serviços, bem como para definir procedimentos e normas decorrentes das obrigações ora contraídas, integram este CONTRATO os documentos da PASTA TÉCNICA, constantes do Processo Licitatório, e, em especial, os seguintes: proposta da CONTRATADA, projetos, caderno de especificações (memorial descritivo), planilha de serviços e quantitativos (preços unitários e percentuais), cronograma físico-financeiro de desenvolvimento das obras e serviços.

Parágrafo Único – A execução do CONTRATO será disciplinada pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis às obrigações ora contraídas, especialmente a Lei nº 8.666/93, alterada pelas Leis nºs 8.883/94, 9.032/95, 9.648/98 e 9.854/99, aplicando-se supletivamente os princípios gerais de direito.

CLÁUSULA QUARTA **Recursos Orçamentários**

Os recursos orçamentários para a execução do objeto desta licitação atendidos pelas seguintes dotações orçamentárias:

Cód.	Descrição da Despesa	Cat. Econômica
498	Secretaria de Planejamento, Obras e Desenv. Econômico Obras e Instalações	4.4.90.51.00
499	Secretaria de Planejamento, Obras e Desenv. Econômico Obras e Instalações	4.4.90.51.00

CLÁUSULA QUINTA

Preço

O preço certo e total para execução da obra e serviços é de R\$ _____ (_____).

§ 1º – O preço contratado tem como data-base o mês da apresentação da proposta.

§ 2º – O preço total da mão de obra (prestação de serviços) é de R\$ _____ (_____), consoante discriminação contida no ANEXO I do EDITAL, que passa a integrar o presente CONTRATO.

§ 3º – O preço contratado é irrevogável, estando inclusos todos os custos diretos e indiretos relativos à prestação dos serviços objeto do CONTRATO, inclusive despesas com materiais, equipamentos, transportes, fretes, mão-de-obra (especializada ou não), remuneração, instalação de canteiros, fornecimento e instalação de placas, ensaios, bem como todos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão da prestação dos serviços.

§ 4º – No preço contratado estão inclusos todos os custos diretos e indiretos relativos à prestação dos serviços objeto do CONTRATO, inclusive despesas com materiais, equipamentos, transportes, fretes, mão-de-obra (especializada ou não), remuneração, instalação de canteiros fornecimento e instalação de placas, ensaios, bem como todos os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, tributários e comerciais, ou quaisquer outros custos e encargos decorrentes ou que venham a ser devidos em razão da prestação dos serviços.

CLÁUSULA SEXTA

Condições de Pagamento

O **pagamento** será efetuado em 06 (seis) parcelas, no prazo mínimo 05 (cinco) dias corridos, contados a partir da data da liberação dos recursos oriundos do convênio firmado entre a Secretaria da Habitação do Estado de São Paulo e esta municipalidade ao qual se vincula o objeto deste procedimento licitatório bem como as medições efetuadas pelo Setor de Engenharia da Prefeitura Municipal de Quatá, e de acordo com os serviços executados no período abrangido pelo cronograma físico-financeiro aprovado.

§ 1º – As medições serão efetuadas a cada 30 (trinta) dias pela FISCALIZAÇÃO, na presença da CONTRATADA, e consistirão no levantamento das quantidades executadas e concluídas de cada serviço, sobre as quais incidirão os correspondentes preços, e de acordo com o CRITÉRIO DE REMUNERAÇÃO E MEDIÇÃO o qual segue junto ao memorial descritivo;

§ 2º – As medições alcançarão os serviços executados, concluídos e aceitos pela CONTRATANTE.

§ 3º – A critério da CONTRATANTE, diretamente vinculado à existência de recursos financeiros, será efetuado o pagamento do(s) serviço(s) autorizado(s), a título de antecipação do cronograma físico.

§ 4º – O primeiro pagamento ficará condicionado à formalização, por parte da CONTRATADA, das providências a seguir indicadas:

I – apresentação de cópia do Certificado de Matrícula da obra perante o INSS;

II – apresentação do comprovante de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, do CREA/SP ou CAU/SP em nome da licitante, devidamente recolhida e assinada pelo profissional responsável pela execução e controle da obra, atualizada;

III – colocação de Placas;

IV – comprovação de sua inscrição no Cadastro de Contribuintes Mobiliários (CCM) da Prefeitura do Município de Quatá

§ 5º – O último pagamento ficará também condicionado à apresentação da CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITO alusiva ao objeto do CONTRATO e à formalização, por parte da CONTRATADA, da BAIXA DA MATRÍCULA junto ao INSS.

§ 6º – A CONTRATANTE terá prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da realização da medição, para expedição do ATESTADO DE HABILITAÇÃO, que propiciará a emissão da fatura pela CONTRATADA.

§ 7º – A fatura enviada de incorreção (ões) será devolvida à CONTRATADA, para a(s) correção (ões), e o prazo a se refere o subitem 8.1. do Edital será contado a partir da data de reapresentação da fatura, sem incorreção (ões).

§ 8º – A devolução de qualquer fatura por desconformidade com a medição ou descumprimento de condições contratuais em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução dos serviços.

§ 9º – Para o pagamento é necessário que a CONTRATADA, além da execução dos serviços registrados pelas medições, tenha cumprido todas as outras exigências contratuais e atendido eventuais requisições da fiscalização, sem o que as faturas não serão aceitas.

§ 10º – Por ocasião do encaminhamento da fatura, para efeito de pagamento dos serviços concluídos e aceitos, a CONTRATADA deverá fazer prova do recolhimento mensal do FGTS, por meio das Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (GFIP), bem como da retenção do percentual referente ao ISSQN, ou da comprovação de recolhimento do ISSQN, ou, se for o caso, da condição de isenção. Em relação ao INSS (artigo 31, da Lei nº 8.212/1991, com a redação dada pela Lei nº 9.711/1998), serão observados os procedimentos da Instrução Normativa nº 100, de 18 de dezembro de 2003, republicada dia 30 de março de 2004, da Diretoria Colegiada do Instituto Nacional do Seguro Social.

1 – As comprovações relativas ao FGTS corresponderão aos períodos contidos nas faturas, ou seja, períodos de execução, e poderão ser apresentadas das seguintes formas:

- a) cópias mensais da GFIP (Guia de Recolhimento de Fundo de Garantia de Tempo de Serviço) e GPS (Guia da Previdência Social);
- b) cópias mensais da GRF (Guia de Recolhimento do FGTS) da empresa;
- c) Apresentação da CND (Certidão Negativa de Débitos) do INSS da empresa após término da obra.

2 – Conforme Lei Municipal nº 1.955/04, de 30 de dezembro de 2004, a CONTRATANTE reterá, na qualidade de responsável tributária, a importância correspondente a 5% (cinco por cento) do valor da nota fiscal/fatura apresentada pela CONTRATADA, observada a seguinte diretriz:

I – Quando da emissão da nota fiscal/fatura a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de "RETENÇÃO PARA O ISSQN".

Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.

3 – Por ocasião da apresentação da nota fiscal/fatura, caso não tenha decorrido o prazo legal para recolhimento do FGTS e do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação exigida, quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

4 – A não comprovação das exigências retro-referidas assegura à CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento correspondente, independentemente de outras medidas legais.

5 – Em cumprimento ao artigo 31, da Lei n.º 8.212/1991, alterado pela Lei nº 9.711/1998, e Instrução Normativa nº 100, de 18 de dezembro de 2003, republicada dia 30 de março de 2004, da Diretoria Colegiada do Instituto Nacional do Seguro Social, a CONTRATANTE reterá 11% (onze por cento) do valor da mão-de-obra (prestação de serviços).

6 – Como decorrência da retenção, a CONTRATANTE obriga-se a recolher ao INSS a importância retida em nome da CONTRATADA, por meio de documento de arrecadação identificado com a inscrição do estabelecimento da empresa CONTRATADA no CNPJ/MF e com a razão social da CONTRATANTE e da CONTRATADA, até o dia dois do mês seguinte ao da data da emissão da fatura, ou no primeiro dia útil subsequente, se não houver expediente bancário no dia dois;

7 – Na oportunidade da emissão da fatura, a empresa CONTRATADA deverá DESTACAR, separadamente, a importância referente a materiais e a mão de obra, bem como o valor da retenção, a título de RETENÇÃO PARA A PREVIDÊNCIA SOCIAL.

8 – A falta de DESTAQUE do valor da retenção no documento de cobrança não mais permitirá que a CONTRATADA venha efetuar a correspondente compensação perante o INSS, ficando a critério da CONTRATANTE proceder à retenção devida sobre o título de cobrança ou devolvê-lo à CONTRATADA.

9 – A não comprovação das exigências retro-referidas assegura à CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento correspondente, independentemente de outras medidas legais.

CLÁUSULA SÉTIMA

Prazo de Vigência do Contrato e da Execução da Obra

O presente contrato terá vigência de **365 (trezentos e sessenta e cinco)** dias contados a partir da data de sua assinatura.

Obedecendo à programação fixada no Cronograma Físico-Financeiro, os prazos para execução da obra serão contados em dias corridos, para todos os efeitos, da seguinte forma:

a) para início: até 05 (cinco) dias corridos, contados da expedição da autorização do início da obra;

b) para conclusão da obra: 180 (cento e oitenta) dias contados do início da obra.

c) para recebimento provisório pelo responsável por seu acompanhamento/ fiscalização e/ou Comissão de Vistoria, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, dentro de 15 (quinze) dias corridos de comunicação da conclusão da obra por parte da CONTRATADA;

d) para observação da obra: 15 (quinze) dias corridos, contados do recebimento provisório;

e) para recebimento definitivo pela Comissão pela Direção da Unidade: até 15 (quinze) dias corridos após o decurso do prazo de observação, nos termos do artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93, e alterações, considerando esta data como término da obra.

§ 1º – O atraso na execução da obra somente será admitido, pela CONTRATANTE, quando fundado em motivo de força maior ou caso fortuito, nos termos do Código Civil Brasileiro, ou nas hipóteses delineadas no artigo 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93, e alterações, condicionado, ainda, quando for o caso, à alteração do prazo de validade da garantia pelo mesmo espaço de tempo que resultar a prorrogação;

§ 2º – O pedido de prorrogação de prazo de conclusão da obra deverá ser encaminhado, por escrito, pela CONTRATADA à CONTRATANTE, até 15 (quinze) dias úteis antes do término do prazo original, acompanhado da proposta e respectivo Cronograma Físico-Financeiro reprogramado, com justificativa circunstanciada;

§ 3º – Admitida a prorrogação de prazo, será lavrado o competente TERMO DE ADITAMENTO, que terá como base o Cronograma Físico-Financeiro reprogramado, elaborado pela CONTRATADA e aprovado pela CONTRATANTE, impondo-se a apresentação, quando for o caso, por parte

da primeira, no prazo de 10 (dez) dias da referida formalização, do documento que comprove a alteração da validade da garantia.

CLAÚSULA OITAVA **Garantia caução**

A CONTRATADA recolheu na conta nº _____, agência nº _____, Banco _____ da CONTRATANTE, no ato da assinatura do CONTRATO, através da Guia nº _____/____ (ou comprovante de depósito), a importância de R\$ _____ (por extenso), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor atribuído a este instrumento, como garantia para seu cumprimento, abrangendo o período contratual até o RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra/serviços, ou, a CONTRATADA prestou fiança a CONTRATANTE, no ato da assinatura do CONTRATO, através da apólice nº _____ (ou outro comprovante), na importância de R\$ _____ (por extenso), equivalente a 5% (cinco por cento) do valor atribuído a este instrumento, como garantia para seu cumprimento, abrangendo o período contratual até o RECEBIMENTO DEFINITIVO da obra/serviços.

§ 1º – Em caso de acréscimo do serviço, fica a CONTRATADA obrigada a complementar a garantia na mesma percentagem, cujo recolhimento deverá ocorrer até a data da assinatura do competente TERMO.

§ 2º – Poderá a CONTRATANTE descontar da garantia toda importância que, a qualquer título, lhe for devida pela CONTRATADA.

§ 3º – Desfalcada a garantia prestada pela imposição de multas e/ou outro motivo de direito, será notificada a CONTRATADA por meio de correspondência com Aviso de Recebimento (AR), para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, complementar o valor, sob pena de rescisão contratual.

§ 4º – A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após o RECEBIMENTO DEFINITIVO DA OBRA (quando em dinheiro deve ser acrescentado: atualizada monetariamente pelo índice do Fundo de Aplicações do BANCO DO BRASIL/NOSSA CAIXA), condicionada à inexistência de multa e/ou qualquer outra pendência.

§ 5º – A liberação ou restituição da garantia não isenta a CONTRATADA das responsabilidades, nos termos das prescrições legais.

CLAÚSULA NONA **Obrigações e Responsabilidades da Contratada**

A CONTRATADA, além de responder, civil e criminalmente, por todos os

danos que venha, direta ou indiretamente, provocar ou causar para a CONTRATANTE e/ou para terceiros, é obrigada a executar a obra e serviços em perfeitas condições, utilizando a melhor técnica e de acordo com os documentos explicitados na CLÁUSULA III, em estrita obediência à legislação vigente, incluindo as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, às disposições aplicáveis da ABNT e às determinações da Fiscalização.

Parágrafo Único – Caberá ainda à CONTRATADA:

1 – Arcar com todas as despesas referentes ao fornecimento de materiais, mão-de-obra (especializada ou não), máquinas, ferramentas, equipamentos, transporte em geral, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, comerciais e contribuições de qualquer natureza e quaisquer outras despesas que se apresentarem e se fizerem necessárias.

2 – Observar a legislação vigente sobre a proteção do meio ambiente, as determinações das autoridades competentes, bem como respeitar e fazer que sejam respeitadas, nos locais dos serviços, a disciplina, a saúde e segurança no trabalho e as regras de higiene estabelecidas na legislação em vigor.

3 – Manter os locais de trabalho permanentemente limpos e desimpedidos.

4 – Facilitar todas as atividades da CONTRATANTE, fornecendo informações e elementos relativos aos serviços executados ou em execução.

5 – Atender prontamente às reclamações da CONTRATANTE, executando, refazendo e corrigindo, quando for o caso e as suas expensas, as partes dos serviços que não atenderem às especificações/normas técnicas exigidas e a qualidade estabelecida.

6 – Quanto à qualidade dos materiais, obriga-se também, de um lado, a pagar as despesas relativas a laudos técnicos e a exames em ensaios de materiais a serem empregados na obra, que serão realizados em local determinado pela CONTRATANTE, e, de outro, a utilizar os materiais de marcas equivalentes ou de melhor qualidade indicadas e aceitas pela Fiscalização, podendo ainda, caso seja necessário, exigir os competentes certificados de qualidade (INMETRO e ABNT – Associação Brasileira de

Normas Técnicas, substituindo inclusive aqueles já instalados.

7 – Sujeitar-se à análise e aos estudos dos projetos, caderno de especificações (memorial descritivo), planilha de serviços e quantitativos (custos unitários e percentuais) e dos demais documentos que os complementam, fornecidos pela CONTRATANTE, para execução dos serviços, não se admitindo, em qualquer hipótese, a alegação de ignorância, defeito ou insuficiência de tais documentos, nem mesmo pedido de ressarcimento por despesas de custos e/ou serviços não cotados. Na hipótese de serem constatados quaisquer discrepâncias, omissões ou erros, inclusive transgressão às normas técnicas, aos regulamentos ou a leis em vigor, deverá ser comunicado o fato, por escrito, à CONTRATANTE, para que os defeitos sejam sanados.

8 – Submeter-se ao controle periódico das atividades constantes do Cronograma Físico-Financeiro, atendendo à convocação da CONTRATANTE, para reunião de avaliação.

9 – Manter, no local dos serviços, o Diário de Obras, em 3 (três) vias, onde tanto a CONTRATADA como a CONTRATANTE deverão registrar tudo o que julgarem conveniente, para a comprovação real do andamento dos serviços e execução dos termos do CONTRATO.

10 – Manter, desde o início e até a conclusão dos serviços, engenheiro devidamente registrado no CREA e com o currículo aprovado pela CONTRATANTE, responsabilizando-se pela execução dos serviços, recebimento de comunicações e intimações relativas ao CONTRATO, com plenos poderes perante a CONTRATANTE.

11 – Manter, durante toda a execução do CONTRATO, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

12 – Manter, durante toda a execução do CONTRATO, relação atualizada dos empregados que trabalham na obra, inclusive em decorrência de eventual transferência ou subcontratação de parte do objeto do contrato.

13 – Não alojar seu pessoal de produção no Câmpus da CONTRATANTE, a não ser vigias e seguranças, em número previamente limitado pela CONTRATANTE;

14 – Fornecer e colocar, em 15 (quinze) dias a contar do início da obra/serviços, placa indicativa da obra, conforme modelo fornecido pela CONTRATANTE.

15 – Proceder à remoção de entulhos, bem como retirada de máquinas, equipamentos, instalações e demais bens de sua propriedade para fora dos próprios da CONTRATANTE, após a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO e dentro do prazo fixado pela CONTRATANTE.

16 – Manter a obra e os serviços executados em perfeitas condições de conservação e funcionamento, até a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.

17 – Manter a guarda e a vigilância da obra/serviços até a lavratura do TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, inexistindo, por parte da CONTRATANTE, qualquer responsabilidade por furtos, roubos, extravios ou deteriorações.

18 – Responsabilizar-se por quaisquer diferenças, erros ou omissões em informações que vier a fornecer à CONTRATANTE.

19 – Responsabilizar-se pelo pagamento das indenizações e reclamações decorrentes de danos que causar, por dolo ou culpa, a empregados ou a bens da CONTRATANTE ou a terceiros, entendendo-se como seus os atos praticados por aqueles que estiverem sob sua responsabilidade.

20 – Responsabilizar-se por apólice de seguro contra acidentes, de modo a cobrir danos de qualquer natureza, inclusive contra incêndio, válida para todas as suas instalações, equipamentos, materiais e pessoal sob sua responsabilidade, bem como danos pessoais e materiais contra terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA **Pessoal da Contratada**

Nos serviços a serem executados, a CONTRATADA empregará pessoal, quer de direção, quer de execução, de reconhecida competência e aptidão, sendo a mesma considerada como única e exclusiva empregadora.

§ 1º – A CONTRATANTE poderá exigir a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA julgado incompetente, inábil ou prejudicial à disciplina, sem responsabilidade ou ônus para a CONTRATANTE.

§ 2º – A substituição do engenheiro-responsável ou de qualquer integrante da equipe técnica deverá ser previamente aceita pela CONTRATANTE, mediante solicitação escrita da CONTRATADA, indicando o substituto e o número de seu registro no CREA/CAU, fazendo-se acompanhar do respectivo currículo.

§ 3º – A CONTRATADA não poderá contratar pessoal que seja servidor da CONTRATANTE.

§ 4º – A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar da CONTRATADA a documentação referente aos contratos de trabalho de seus empregados e dos empregados da(s) subcontratada(s), que se encontrarem trabalhando no local da obra.

§ 5º – É de inteira responsabilidade da contratada o fornecimento e a instrução correta da utilização dos E.P.I.s (Equipamento de Proteção Individual) necessários para a execução da obra.

§ 6º – Se algum funcionário da contratada que for abordado não cumprindo as normas de segurança, a empresa será notificada verbalmente, e havendo reincidência a mesma será penalizada, nos termos da legislação e do edital.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA **Obrigações e Responsabilidades da Contratante**

A CONTRATANTE, no cumprimento deste CONTRATO, se obriga a emitir ordens de início dos serviços; liberar as áreas destinadas ao serviço; empenhar os recursos necessários aos pagamentos, dentro das previsões estabelecidas no Cronograma Físico-Financeiro; proceder às medições mensais dos serviços efetivamente executados; pagar as faturas emitidas pela CONTRATADA, nos termos da CLÁUSULA SEXTA, e emitir os Termos de Recebimentos Provisório e Definitivo nos prazos e condições estipuladas na CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA **Transferência e Subcontratação**

A CONTRATADA não poderá transferir ou subcontratar o objeto do presente CONTRATO no todo, sob pena de rescisão.

§ 1º – A transferência ou subcontratação de parte do objeto do CONTRATO poderá ser concretizada mediante prévia e expressa autorização da CONTRATANTE, sob pena de, assim não o fazendo, ficar a CONTRATADA sujeito à multa de 10% (dez por cento) do valor subcontratado ou transferido.

§ 2º – O pedido de transferência ou subcontratação deverá ser formalizado pela CONTRATADA, com 15 (quinze) dias de antecedência à concretização do ato, devidamente instruído com a apresentação do acervo técnico da subcontratada, certificado pelo CREA/CAU.

§ 3º – Inexistirá qualquer vínculo contratual entre a subcontratada e a CONTRATANTE, perante a qual a única responsável pelo cumprimento do CONTRATO será a CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA **Alteração Contratual**

Este CONTRATO poderá ser alterado nos termos do disposto no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883/1994, mediante o correspondente TERMO DE ADITAMENTO.

§ 1º – A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na obra ou serviços, até o limite de 50% (cinquenta por cento) do valor inicial atualizado do CONTRATO, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes, que poderão ultrapassar o limite indicado.

§ 2º – Os preços unitários para serviços decorrentes de modificações do projeto ou das especificações, para efeito de acréscimos, serão os que houverem sido contemplados no contrato, ou quando nele não existirem, deverão ser aqueles constantes da Tabela de Preços (PINI).

§ 3º – O TERMO DE ADITAMENTO deverá ser acompanhado do Cronograma Físico-Financeiro reprogramado, resultante da alteração.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA **Fiscalização**

A CONTRATANTE manterá profissional legalmente habilitado para acompanhar a execução do objeto do presente CONTRATO, exercendo a fiscalização em todos os seus aspectos, competindo-lhe ainda a verificação e a liberação dos serviços, para fins de pagamento e demais exigências legais, inclusive para o RECEBIMENTO PROVISÓRIO da obra, mantendo tudo devidamente anotado no DIÁRIO DE OBRA.

§ 1º – Poderá a CONTRATANTE se valer de assessoramento de profissionais ou de empresas especializadas para a execução desse mister.

§ 2º – A presença da fiscalização da CONTRATANTE não diminui ou exclui qualquer obrigação/responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA **Recebimento da Obra**

Concluída a obra, inclusive os serviços eventualmente autorizados em aditamento, e estando os mesmos em perfeitas condições, serão recebidos provisoriamente pelo responsável por seu acompanhamento, dentro de 15 (quinze) dias corridos da comunicação escrita por parte da CONTRATADA, que lavrará o TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO, com validade de 30 (trinta) dias, assinado também pelo preposto da CONTRATADA.

§ 1º – Decorrido o prazo de OBSERVAÇÃO, 15 (quinze) dias do RECEBIMENTO PROVISÓRIO, somente se os serviços de correção de irregularidades, porventura verificadas durante o prazo de OBSERVAÇÃO, tiverem sido executados e aceitos pela Fiscalização, a obra será recebida definitivamente por parte do responsável pela fiscalização ou por Comissão designada pela CONTRATANTE, sempre com a participação do responsável pela fiscalização, no prazo de até 15 (quinze) dias, lavrando-se o TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, condicionado à limpeza dos locais abrangidos pela execução dos serviços, conforme pactuado no item 15 da CLÁUSULA NONA.

§ 2º – Recebida a obra, a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, correção, solidez e segurança subsiste na forma da lei.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA **Penalidades pelas Infrações Contratuais e Inadimplência** **das Obrigações Assumidas**

Em caso de inexecução do objeto da licitação, erro na execução, execução imperfeita, mora na execução ou inadimplência contratual, a CONTRATADA estará sujeita, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às penalidades previstas nos artigos 77 a 80, 86, 87 e 88, da Lei nº 8.666/93 e alterações.

§ 1º – O descumprimento do prazo final de conclusão da obra resultará na aplicação de multa de mora de 0,8% (oito décimos por cento), calculada por dia de atraso, que incidirá sobre o valor da obrigação não cumprida.

§ 2º – Pela inexecução total ou parcial do ajuste, a multa, decorrente da inadimplência contratual será de 30% (trinta por cento) sobre o total ou parte da obrigação não cumprida do respectivo contrato, ou multa correspondente à diferença de preço decorrente de nova contratação.

§ 3º – A diminuição do ritmo da obra/serviços e o não atendimento às determinações da CONTRATANTE, no prazo a ser fixado, contado do recebimento da notificação, sujeitarão a CONTRATADA às sanções de

advertência ou multa de 0,1% (um décimo por cento) por dia de atraso, que incidirá sobre o valor global do CONTRATO, considerando, para tanto, eventuais reajustamentos.

§ 4º – As multas são autônomas e aplicação de uma não exclui a de outras.

§ 5º – As multas serão descontadas dos pagamentos eventualmente devidos e/ou da garantia prestada.

§ 6º – Na hipótese de o pagamento das multas não ocorrer na forma prevista no parágrafo anterior, escoado o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento, pela CONTRATADA, da respectiva notificação, a cobrança será objeto de medidas administrativas e/ou judiciais cabíveis, incidindo correção monetária no período compreendido entre o dia imediatamente posterior à data final para liquidar a multa e aquele em que o pagamento efetivamente ocorrer, com base na variação da UFESP (Unidade Fiscal do Estado de São Paulo), ou índice que venha a substituí-lo.

§ 7º – A aplicação das sanções de advertência ou multa fica condicionada à prévia defesa do infrator, a ser apresentada no prazo de 5 (cinco) dias úteis da respectiva notificação.

§ 8º – Da aplicação das sanções de advertência ou multa caberá recurso, sem efeito suspensivo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação do ato.

§ 9º – A mora na execução e o não atendimento às determinações da CONTRATANTE, além de sujeitarem a CONTRATADA à advertência e à multa, autorizam a CONTRATANTE, em prosseguimento ou na reincidência, a declarar rescindido o contrato e punir o faltoso com a suspensão do direito de licitar e contratar em seu âmbito, e até mesmo adotar as providências para a declaração de sua inidoneidade, facultado, em quaisquer das hipóteses, o direito de defesa.

§ 10 – Sem prejuízo da aplicação, à CONTRATADA, das sanções cabíveis, a CONTRATANTE recorrerá às garantias constituídas, a fim de se ressarcir dos prejuízos que lhe tenham sido decorrentes do contrato e promover a cobrança judicial ou extrajudicial de perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA

Rescisão

A inexecução total ou parcial ensejará a rescisão do CONTRATO, nos termos dos artigos 77 a 80, da Lei nº 8.666/93, e alterações, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo do disposto nos artigos 86 a 88, do mesmo ordenamento legal.

Parágrafo Único – Na hipótese de rescisão, o CONTRATANTE poderá, a fim de se ressarcir de eventuais prejuízos que lhe tenham sido causados pelo CONTRATADO, reter créditos e/ou promover a cobrança judicial ou extrajudicial por perdas e danos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA

Tolerância

Caso uma das partes contratantes, em benefício de outra, permitir, mesmo por omissão, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer cláusula ou condição do CONTRATO e/ou documentos que o integram, tal fato não poderá liberar, desonerar ou de qualquer forma afetar ou prejudicar essas mesmas cláusulas e condições, as quais permanecerão inalteradas, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA

Foro Competente

Fica eleito a Comarca de Quatá, Estado de São Paulo, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para solução de questões oriundas do presente contrato.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam este contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se por si e por seus sucessores, na presença de duas testemunhas abaixo assinadas, para que surtam todos os efeitos de direito.

LUCIANA GUIMARÃES ALVES CASACA
Prefeita Municipal
Contratante

(xxxxx)
Contratada

Testemunhas:

Nome:
RG:

Nome:
RG: